



SESC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE - CONCORRÊNCIA Nº 11/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DE CENOTECNIA DA UNIDADE TEATRO SESC CASA DO COMÉRCIO DERALDO MOTTA, CONFORME PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS ACOSTADOS AO PRESENTE EDITAL.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL.

DATA E HORA DE ABERTURA: 11 DE JANEIRO DE 2022, ÀS 13H30.

O **Serviço Social do Comércio**, pessoa jurídica de Direito Privado e sem fins lucrativos criada em cumprimento Decreto-lei n.º 9.853, de 13/09/1946, regulamentada pelo Decreto n.º 61.836, de 05/12/1967, através da **Administração Regional no Estado da Bahia (SESC/BA)**, com sede administrativa inscrita no CNPJ sob o n.º 03.591.002/0001-90, localizada na Avenida Tancredo Neves, n.º 1.109, Edifício Casa do Comércio, 8º andar, Caminho das Árvores, Salvador/BA, por sua Comissão Especial de Licitação, designada através da **Portaria n.º 4614/2021 de 01 de novembro de 2021**, vem tornar pública Licitação na Modalidade **CONCORRÊNCIA n.º 11/2021**, tipo “**MENOR PREÇO GLOBAL**”, a se realizar em conformidade com o disposto neste Instrumento Convocatório e no Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, alterado e consolidado pela Resolução SESC n.º 1.252 de 06/06/2012, emitida pelo Conselho Nacional e publicada na Seção III, do Diário oficial da União, edição n.º 144, de 26/07/2012, e **informar que os envelopes contendo Documentos de Habilitação e Proposta Comercial deverão ser entregues até às 13H30 do dia 11 de janeiro 2022, no Núcleo de Licitação, no 6º andar, do Sesc Casa do Comércio, situado na Avenida Tancredo Neves, nº 1.109, Caminho das Árvores. Salvador/BA. CEP: 41.820-021, ocasião em que ocorrerá da Licitação.**

FORNECIMENTO DO EDITAL: O Edital completo referente a esta licitação encontra-se disponível no sítio Institucional do SESC BAHIA www.sescbahia.com.br, no **link** “Licitações”, identificado como **Protocolo 21/01.00011-CC, sob o Título – REFORMA DE CENOTECNIA DA UNIDADE TEATRO SESC CASA DO COMÉRCIO DERALDO MOTTA**, e também pode ser obtido através de solicitação enviada ao e-mail licitacao@sescbahia.com.br através do qual também poderão ser requeridas informações adicionais, até 03 (três) dias antes da sessão de abertura.

Salvador, 15 de dezembro de 2021.

Maria Aparecida da Silva
Presidente da Comissão Especial de Licitação

1 OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente licitação tem por objeto, contratação de empresa de engenharia para reforma de Cenotecnia da Unidade Teatro Sesc Casa do Comércio Deraldo Motta, conforme projetos e especificações constantes nos anexos acostados ao presente edital.

2 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 A despesa da contratação decorrente da presente Licitação correrá por conta do **elemento de despesa n.º 5.2.2.4.**

3 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1 A presente Licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, vinculado ao atendimento das exigências contidas neste Instrumento Convocatório e nos seus Anexos.

4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar desta licitação quaisquer licitantes interessados que comprovem atender a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos e cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto social, contrato social ou documento equivalente, abranja atividade ou ramo de atividade idêntico ou compatível com o objeto da licitação;

4.2 NÃO será admitida nesta Licitação a participação de empresas diferentes com sócio(s) comum(ns);

4.3 NÃO poderão disputar entre si nesta Licitação, Empresas que, embora distintas, estejam reunidas em grupo econômico, comercial ou industrial ou integrem consórcio ou, ainda, aquelas que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.3.1 O consórcio, coligação, controladora ou grupo econômico não poderá concorrer, nesta Licitação, com Empresa que figure como sua integrante;

4.4 Matriz e filial(ais) de uma mesma pessoa jurídica, ainda que possuam CNPJ diferentes, não poderão competir entre si deste certame;

4.5 Em atenção ao princípio da moralidade **NÃO** poderão participar das Licitações e nem contratar com o SESC/BA seus dirigentes e/ou empregados, bem como não poderão participar Empresas cujos sócios, administradores, representantes legais, gestores e/ou controladores, sejam empregados ou dirigentes do SESC/BA;

4.6 Além das vedações acima, **NÃO** será admitida nesta Licitação a participação de pessoas jurídicas:

- a)** Em processo de falência, dissolução, liquidação ou sob concurso de credores;
- b)** Em regime de concordata;
- c)** Que estejam em cumprimento de penalidade de suspensão do direito de licitar ou contratar com o SESC/BA;
- d)** Que tenham sido declaradas inidôneas pelo Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão n.º 1280/2018 – Plenário);
- e)** Que possuam o mesmo Responsável Técnico.

- 4.7** As pessoas jurídicas constituídas sob **forma caracterizada por limite de faturamento anual previsto em lei** (a exemplo de: *microempresa, empresa de pequeno porte*), assim como empresas optantes do SIMPLES, que venham a ter suas alíquotas tributárias majoradas ou qualquer outro tipo similar de majoração de custo após a apresentação da proposta comercial e/ou adjudicação do objeto deste certame (ou resultante de posteriores contratações com terceiros), **ficam cientes desde já que não poderão repassar ao SESC/BA a majoração ocorrida, ou seja, não será aceito aumento no preço a ser pago com amparo na mudança de enquadramento aqui referida;**
- 4.8** A **participação neste certame implica em assumir a responsabilidade por manter a regularidade jurídica e fiscal até a data de encerramento da execução** do objeto, inclusive como condição para pagamento e/ou continuidade do contrato, quando se tratar de prestação futura e/ou continuada;
- 4.9** O SESC/BA está constituído na forma de pessoa jurídica de Direito Privado, conforme determina o Decreto-Lei n.º 9.853/1946, e, em conformidade com o seu Regulamento de Licitações e Contratos não aplicando em suas licitações os arts. 42 a 49, da Lei Complementar 123/06;
- 4.10** A entrega de envelopes para participação nesta licitação implica em declaração de aceitação de todos os termos deste Edital e seus anexos, que devem ser considerados como se aqui estivessem literalmente transcritos.

5 DOS DOCUMENTOS DA LICITAÇÃO

5.1 Os documentos integrantes da presente Licitação são os seguintes:

5.1.1 Edital de CONCORRÊNCIA N.º 11/2021

5.1.2 ANEXO I – MEMORIAIS DESCRITIVOS, PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS ORIENTATIVAS E COMPOSIÇÕES DE BDI e demais documentos;

5.1.3 ANEXO II – Modelo de Apresentação da Proposta Comercial;

5.1.4 ANEXO III – Modelo de Declaração de Vistoria Técnica;

5.1.5 ANEXO IV – Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria;

5.1.6 ANEXO V – Declaração de Aceitação Prévia;

5.1.7 ANEXO VI – Minuta Contratual.

5.1.8 Anexo VII - Regulamento de Tratamento de Dados Pessoais Por Operadores.

5.2 Todos os documentos acima elencados vinculam o presente processo licitatório e seus participantes;

5.3 Memoriais descritivos, projetos, planilhas orçamentárias orientativas e composições de BDI e demais documentos deverão ser obtidos através do **link disponibilizado no Anexo I;**

5.4 Os licitantes deverão proceder, antes da elaboração das propostas, verificação minuciosa de todos os elementos fornecidos, solicitando esclarecimentos, por escrito,

à **Comissão Especial de Licitação, até 03 (três) dias úteis antes da reunião de abertura da licitação**, de erros e/ou omissões porventura observadas, que serão dirimidos, também por escrito, podendo ocasionar na suspensão do certame.

5.5 O Licitante arcará com todos os custos associados à obtenção dos documentos de habilitação, bem como à elaboração das propostas de preços, sendo que o **SESC/BA**, em nenhuma hipótese, será responsável ou se sujeitará a esses custos, independentemente do resultado deste certame licitatório ou em casos de suspensão, revogação ou anulação.

6 DOS REQUISITOS PARA CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

6.1 O credenciamento de representantes é uma faculdade dos Licitantes, não sendo, portanto, obrigatório;

6.2 Neste certame, cada Licitante poderá ser representado, nas sessões ou atos a serem praticados, por 01 (uma) pessoa devidamente credenciada conforme as condições estabelecidas neste Edital;

6.3 O credenciamento de representante do Licitante ocorrerá na sessão para abertura dos envelopes, ou em outro momento que se fizer necessário, desde que observada a apresentação de documento hábil, quais sejam:

6.3.1 **Procuração, Pública ou Particular (sendo esta última, com reconhecimento da firma do outorgante ou representante legal que a subscreve)**, devendo, em qualquer das hipóteses, ser específica e conter expressa e especificamente a outorga de poderes necessários para que o procurador represente o Licitante em **certames** do SESC/BA, podendo atuar, peticionar, negociar, declarar, requerer, recorrer, assumir obrigações e exercer direitos em nome do Licitante outorgante, em todos os atos e fases que constituírem a Licitação;

6.3.2 **Ato constitutivo da Sociedade Empresária**, quando o representante for um sócio com poderes para representá-lo sozinho ou sócio-gerente designado no Contrato Social;

6.3.3 **Ato constitutivo da pessoa jurídica**, nas hipóteses em que o Licitante for EIRELI, Empresário Individual ou Microempreendedor Individual;

6.3.4 **Cópia, autenticada ou acompanhada do original, de ata de eleição do representante para Licitação(ões) ou Contrato Social (atualizado, com última alteração ou consolidado)** onde conste outorga específica do poder de representação em Licitação para terceiro que não seja o sócio;

6.4 A **Procuração, na forma pública ou particular**, deverá ser apresentada juntamente com a cópia do ato ou documento onde conste, expressamente, a legitimidade do subscritor para outorga dos poderes dela constantes, **além de cópia do RG do subscritor e do outorgado** ou, ainda, do contrato social, quando a outorga for para representação de pessoa jurídica;

6.5 Os documentos referidos nos subitens anteriores poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada de original, para que possa ser conferida e vistada pela Comissão Especial de Licitação;

6.6 O documento hábil a credenciar o representante do Licitante **deverá ser entregue separadamente dos envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA COMERCIAL”**;

6.7 Uma mesma pessoa física **NÃO** poderá representar mais de um Licitante, ainda que possua documento hábil fornecido por mais de um deles.

7. DA VISTORIA TÉCNICA

7.1 Os Licitantes poderão realizar a visita técnica ao local de execução do objeto desta licitação, com a finalidade de que obtenham os detalhes necessários à correta e fidedigna elaboração de proposta;

7.1.1 O licitante que realizar visita técnica deverá apresentar a **DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**, conforme o modelo contido no **Anexo III**, acostado ao presente Edital e ser assinada por representante legal da empresa Licitante, seus dados de identificação (RG, CPF, nome, telefone), afirmando que ele, ou pessoa por ele designada (que deverá ser identificada, se houver), viu, vistoriou e conferiu no local todos os elementos necessários à perfeita elaboração de Proposta Comercial para execução do objeto desta Licitação;

7.1.2 Caso o visitante não realize a visita técnica, deverá apresentar, junto com os documentos de habilitação, a **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA**, conforme o modelo contido no **Anexo IV** deste Edital, mencionando que conhece as condições do local para execução do objeto;

7.1.2.1 Com a dispensa de realização de vistoria, o Licitante assume todo e qualquer risco por sua decisão e se compromete a executar fielmente o objeto desta Licitação, nos termos de sua proposta e do presente Edital seus Anexos;

7.2 A apresentação dos documentos de **HABILITAÇÃO** incluindo a **DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA** ou a **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA** implicará na impossibilidade de que o Licitante venha a pleitear, posteriormente, a modificação de condições previstas neste Edital e Anexos ou arguir irregularidade ou inviabilidade técnica do objeto ou Proposta Comercial insuficiente ao cumprimento do objeto;

7.3 A vistoria técnica poderá ser feita no local onde serão realizados os serviços e poderá ocorrer até a data de apresentação da Proposta Comercial, devendo, contudo, ser agendada previamente e com antecedência mínima de 24 horas;

7.3.1 Para o agendamento, deverá ser contatada a Gerência da respectiva Unidade Executiva do SESC, conforme endereço e telefone constantes do **Anexo I** deste Edital;

7.4 Os projetos, as especificações, os preços unitários e quantitativos constantes das planilhas orçamentárias foram elaborados de acordo com as melhores práticas. Todavia, os licitantes deverão avaliar detalhadamente o escopo técnico do projeto e, simultaneamente, fazer a verificação das peças gráficas correspondentes, realizando os seus próprios levantamentos. Se verificada qualquer divergência, incoerência e/ou eventuais omissões estas deverão ser comunicadas à **Comissão Especial de Licitação**, imediata e formalmente, no prazo estabelecido no **subitem 5.4**, deste Edital. Deste modo, os licitantes não poderão alegar posteriormente desconhecimento de fatos, erros ou omissões como fundamento para solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro da proposta ou do contrato.

8. DOS ENVELOPES “HABILITAÇÃO” E “PROPOSTA COMERCIAL”

8.1 Poderão habilitar-se na presente Licitação as Empresas que apresentarem os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, de acordo com o **Item 10** e PROPOSTA COMERCIAL, de acordo com o **Item 11** deste Edital, devendo entregá-los à Comissão de Licitação até a data, hora e local determinados neste Instrumento Convocatório;

8.1.1 Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL** deverão ser entregues até o dia e hora anteriormente mencionados, desde que em 02 (dois) Envelopes distintos, opacos, individualizados e devidamente fechados;

8.2 Os 02 (dois) envelopes poderão ser encaminhados à Comissão Especial de Licitação, via CORREIOS ou em mãos;

8.2.1 Os envelopes encaminhados por via postal, só terão validade se enviados mediante AR (aviso de recebimento) e recebidos até a data e hora de abertura da Licitação.

8.3 Cada um dos envelopes deverá ser identificado **NA PARTE FRONTAL** com o número deste Edital de Concorrência e os seguintes dados do Licitante: nome, endereço, CNPJ, indicação de telefone e/ou e-mail para recebimento de comunicação, além de conterem outros dados, conforme modelos a seguir:

8.3.1 Modelo da parte frontal do envelope A:

NOME DO LICITANTE:		
ENDEREÇO:		
CNPJ:		
TELEFONE:	E-MAIL:	CEP:
AO		
SESC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA		
COMISSÃO DE LICITAÇÃO		
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 11/2021		
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DE CENOTECNIA DA UNIDADE TEATRO SESC CASA DO COMÉRCIO DERALDO MOTTA.		
Avenida Tancredo Neves nº 1.109, 6º Andar – Caminho das Árvores		
CEP 41.820-001. SALVADOR – BAHIA		
ENVELOPE A – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		

8.3.2 Modelo da parte frontal do envelope B:

NOME DO LICITANTE:		
ENDEREÇO:		
CNPJ:		
TELEFONE:	E-MAIL:	CEP:
AO		
SESC/BA – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA		
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO		
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 11/2021		
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DE CENOTECNIA DA UNIDADE TEATRO SESC CASA DO COMÉRCIO DERALDO MOTTA.		
Avenida Tancredo Neves nº 1.109, 6º Andar – Caminho das Árvores		
CEP 41.820-001. SALVADOR – BAHIA		
ENVELOPE B – PROPOSTA COMERCIAL		

- 8.4** Para efeito de participação na Licitação, e, sob pena de inabilitação ou desclassificação do Licitante, não será aceita a apresentação de documentos de **HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL** em um único envelope contendo ambos os títulos;
- 8.5** É indispensável que os Licitantes tomem conhecimento da **Minuta Contratual correspondente ao Anexo VII** deste Edital, pois a apresentação de Proposta Comercial neste processo licitatório implica na declaração de seu conhecimento e anuência plena do conteúdo da mesma;
- 8.6** Não serão recebidos envelopes após o prazo estabelecido neste Edital, ressalvados os casos em que a Comissão Especial de Licitação conceda tolerância para início da sessão, antes de iniciar a abertura dos envelopes já apresentados.

9. DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA DA PROPOSTA

- 9.1** A garantia de manutenção da proposta será no valor de **R\$ 83.970,00 (oitenta e três mil novecentos e setenta reais)** com vigência superior, no mínimo, 30 (trinta) dias àquela prevista para a validade da Proposta, sendo admitidas quaisquer das seguintes modalidades;
- 9.1.1** Caução em dinheiro;
- 9.1.2** Fiança Bancária;
- 9.1.3** Seguro Garantia.
- 9.2** Caso a garantia de manutenção da proposta seja apresentada em dinheiro, os Licitantes deverão **fazer o depósito diretamente na Tesouraria do SESC/BA**;
- 9.3** Caso ocorra nas modalidades fiança bancária ou Seguro Garantia, o documento comprobatório deverá ser entregue à Comissão, **juntamente com os documentos de credenciamento**;
- 9.4** A comprovação do recolhimento da garantia de manutenção da proposta deverá ser feita até a data e hora de abertura dos Envelopes (Habilitação e Proposta Comercial);
- 9.4.1** A Comissão Especial de Licitação poderá no decorrer do presente certame licitatório, aferir a validade/autenticidade do documento comprobatório da garantia de manutenção da proposta, nos casos em que não for feito em caução em dinheiro.
- 9.5** A garantia de manutenção da proposta, oferecida pelo adjudicatário, ser-lhe-á devolvida quando o contrato for firmado;
- 9.6** A garantia de manutenção da proposta dos demais Licitantes será devolvida mediante solicitação expressa do proponente, após a homologação do presente processo licitatório;
- 9.7** O Licitante perderá o direito de restituição da garantia de manutenção da proposta quando retirar os Envelopes (Habilitação e/ou Proposta Comercial) durante quaisquer das fases do certame licitatório, **ou na hipótese de ser-lhe adjudicado o objeto desta licitação, este não proceda com a assinatura do respectivo contrato.**

10. DA HABILITAÇÃO – “ENVELOPE A”

- 10.1** O “**Envelope A**”, identificado como “**HABILITAÇÃO**”, deverá conter, obrigatoriamente, todos os documentos informados nos subitens deste tópico, com a finalidade de comprovar a Habilitação Jurídica, a Regularidade Fiscal, a Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica dos licitantes neste o processo licitatório;
- 10.2** No mesmo **Envelope “A”** referente a “**HABILITAÇÃO**”, também deverá constar a Declaração de Vistoria Técnica (**Anexo III**) ou a Declaração de Dispensa de Vistoria (**Anexo IV**) e a Declaração de Aceitação Prévia (**Anexo V**);
- 10.3** Para comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, o **envelope “A”**, deverá conter, obrigatoriamente, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação do Proponente, podendo ser apresentados através de fotocópias (*em papel que não seja termossensível*) legíveis e autenticadas em cartório ou aptas a serem conferidas e vistas pela Comissão Especial de Licitação, mediante apresentação da via original:
- 10.3.1** Cédula de Identidade do(s) Sócio(s) Responsável(is) Legal(is) da empresa licitante ou carteira nacional de habilitação, **nas quais conste o número de R.G. e CPF**;
- 10.3.1.1** O sócio responsável legal da empresa licitante é considerado aquele com poderes conforme o estatuto ou contrato social para firmar contratos, receber valores, emitir declarações, bem como assumir obrigações;
- 10.3.1.2** Caso haja apresentação de procuração com poderes ilimitados, além do documento de identificação do(s) sócio(s) outorgante(s), deverá ser apresentada **a cópia do documento do procurador/outorgado**;
- 10.3.2** **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado no órgão competente;
- 10.3.2.1** Caso o Licitante seja Empresário Individual ou EIRELI, o Ato Constitutivo e/ou Requerimento de Empresário onde conste o carimbo/selo legível do respectivo registro na Junta Comercial do Estado onde está sediada a Empresa (com a numeração);
- 10.3.2.2** Na hipótese de licitante constituído como qualquer das espécies de Sociedades Empresárias, o Ato Constitutivo (*Estatuto ou Contrato Social com última alteração ou consolidado*) em vigor, com o carimbo/selo legível do respectivo registro e/ou averbação na Junta Comercial do Estado onde está sediada a empresa (com o respectivo número), e, especialmente no caso das Sociedades por Ações, quando não houver indicação de administradores (com poderes para representação legal em Contratos e Licitações) no Ato Constitutivo, deverá ser apresentado, também, em anexo, o documento que comprova a eleição dos mesmos;

10.3.2.3 Caso o licitante seja Sociedade Civil, o Ato Constitutivo com carimbo legível do registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhado de alteração mais recente averbada ao registro;

10.3.2.4 Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado aos atos constitutivos requeridos no subitem **8.3.2.2.**

10.3.3 Qualquer que seja o ato constitutivo ou o tipo de sociedade, se a pessoa jurídica houver constituído responsável legal que não a integra, mas a quem compete firmar contratos, receber valores, emitir declarações e assumir obrigações, em especial no negócio que venha a resultar deste certame, **será necessário apresentar também o instrumento de procuração, público ou particular** (sendo este último, com reconhecimento da firma do outorgante que o subscreve).

10.4 No mesmo **Envelope “A”**, referente a **“HABILITAÇÃO”**, deverão estar os seguintes documentos válidos de **REGULARIDADE FISCAL:**

10.4.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Empresa Licitante;

10.4.2 Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Nacional e Procuradoria da Fazenda Nacional, ou Positiva com efeitos de Negativa, conforme Portaria MF nº 358/2014;

10.4.3 Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais ou Positiva com efeitos de Negativa, da sede do Licitante (se inscrito como contribuinte – conforme atividade exercida);

10.4.4 Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais, ou Positiva com efeitos de Negativa, da sede ou domicílio do Licitante (*se inscrito como contribuinte – conforme atividade exercida*);

10.4.5 Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF) da Empresa Licitante referente à matriz ou filial que será responsável pelo faturamento do(s) serviço(s).

10.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.5.1 No mesmo Envelope, identificado como **“HABILITAÇÃO”**, deverão estar os seguintes comprovantes válidos de **REGULARIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA:**

10.5.1.1 Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante;

10.5.1.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício anterior, devidamente assinadas pelo administrador da empresa e pelo contador, com a devida certificação de habilitação do profissional contábil responsável, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

10.5.1.3 A demonstração contábil será analisada através dos índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Solvência Geral (SG),

que **deverão vir calculados pelo Licitante**, os quais não poderão ser inferiores aos extraídos das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral:	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} > 1,00$
Liquidez Corrente:	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1,00$
Solvência Geral:	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} > 1,00$

- a) Comprovação de que possui, na data da apresentação das propostas, Patrimônio Líquido igual ou superior a **R\$ 839.704,00 (oitocentos e trinta e nove mil, setecentos e quatro reais)**;
- b) A licitante em recuperação judicial deverá demonstrar, na fase de habilitação, além dos requisitos estabelecidos no edital, possuir capacidade econômica para executar o objeto deste certame.

10.6 No mesmo envelope identificado como “**HABILITAÇÃO**”, deverão estar os seguintes documentos comprobatórios de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** do Licitante;

10.6.1 Certidão válida de Registro no Conselho Regional da Categoria Profissional emitida pelo **CREA ou CAU** da Pessoa Jurídica na região onde está situada a sede do Licitante e dos responsáveis, que guardem semelhança dos requisitos do **subitem 10.6.2.1**;

10.6.1.1 Em se tratando de empresa de outro Estado, o vencedor fica ciente de que, para firmar contrato, deverá visar seu registro no CREA/BA ou CAU/BA, de acordo com o artigo art. 58, da Lei 5.194 de 24/12/1966;

10.6.2 Comprovação da empresa licitante de possuir na data prevista para entrega dos documentos de habilitação, **Responsável Técnico Engenheiro Civil ou Engenheiro Eletricista ou Engenheiro Mecânico ou Arquiteto** detentor de **Atestado(s) de Responsabilidade técnica pela execução dos serviços de características semelhantes às listadas no subitem 10.6.2.1 através de Atestado(s) de qualificação técnica acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de acervo técnico (CAT's), emitida(s) pelo(s) conselho (CREA ou CAU)**;

10.6.2.1 **Requisitos de Semelhança:**

10.6.2.1.1 Serviço de execução ou reforma de teatros – capacidade mínima de 200 lugares (em um único atestado);

10.6.2.1.2 Serviço de execução de cenotecnia (acústica, iluminação e sonorização) de teatros – mínimo de 500 m² (metros quadrados)

10.6.2.2 Deverá ser comprovada a execução de serviços em quantidades iguais ou superiores ao quanto estipulado, sendo que não será permitida a soma das quantidades constantes em diversos atestados para alcançar o total exigido na contratação;

- 10.6.2.3** O Atestado de capacidade técnica (ou qualificação) deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente inscrita no CNPJ e deverá ser subscrito por quem tenha poderes para tal ato;
- 10.6.2.4** Não será aceito o atestado emitido por pessoa jurídica integrante do mesmo grupo comercial ou industrial do Proponente;
- 10.6.2.5** Antes do julgamento das propostas, poderá a Comissão Especial de Licitação, a seu critério, diligenciar no sentido de aferir a validade do atestado apresentado;
- 10.6.2.6** Atestados de fiscalização ou Consultoria Técnica não serão aceitos;
- 10.6.3** A equipe técnica deverá ter, no mínimo, a seguinte **estrutura funcional**:
- 10.6.3.1** Um **Engenheiro Civil ou Engenheiro Eletricista ou Engenheiro Mecânico ou Arquiteto**, com experiência comprovada em obras similares às elencadas no **subitem 10.6.2.1** e que será o responsável direto pela execução dos serviços, **com dedicação exclusiva durante todo o período da execução dos serviços**;
- 10.6.4** O Licitante deverá comprovar possuir, na data prevista para entrega dos documentos de habilitação, responsável técnico (**Engenheiro Civil ou Engenheiro Eletricista ou Engenheiro Mecânico ou Arquiteto**), o qual poderá ser um dos sócios, integrante do quadro de empregados ou prestador de serviço;
- 10.6.4.1** Os documentos contidos nos subitens subsequentes poderão ser substituídos pela Certidão de Registro da empresa emitida pelo CREA ou CAU onde conste o profissional como Responsável técnico ou integrante da equipe técnica da licitante;
- 10.6.4.2** A comprovação do vínculo empregatício se fará **através de cópia da CTPS referente ao funcionário**;
- 10.6.4.3** A prestação de serviço será comprovada através de Contrato firmado com o Licitante **com reconhecimento de firma do contratante e do contratado**;
- 10.6.4.4** A participação societária se comprovará através de cópia do Contrato Social, devidamente arquivado na Junta Comercial competente, ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas competente;
- 10.6.5** O Licitante deverá indicar equipe técnica, através de relação nominal dos profissionais de nível superior/médio, destacando o(s) responsável(is) técnico(s) do Licitante pela execução dos serviços, com declaração assinada pelos mesmos, autorizando a sua indicação para compor a equipe, devidamente assinados, além de comprovação de regularidade perante o **CREA ou CAU**, onde couber;
- 10.6.6** A substituição de qualquer integrante da equipe técnica, proposta pela Contratada, durante a execução do contrato, somente será admitida, a critério do SESC/BA, mediante comprovação de que este possui experiência equivalente ou superior ao membro a ser substituído.

10.7 OBSERVAÇÕES QUANTO À DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NA FASE DE HABILITAÇÃO

- 10.7.1** Todos os documentos apresentados para comprovar a **HABILITAÇÃO** deverão estar válidos na data de recebimento dos envelopes, observado o prazo de validade fixado nos próprios documentos;
- 10.7.1.1** Quando o órgão emitente for omissivo em relação ao prazo de validade do documento, considerar-se-á o prazo de **90 (noventa) dias**, contados da data de emissão do mesmo;
- 10.7.1.2** Não serão cobrados, presumidos ou estipulados prazos de validade para os documentos atinentes à comprovação de qualificação técnica, mas será respeitado o prazo que o emitente fizer constar do documento.
- 10.7.2** Os documentos eventualmente obtidos via Internet somente serão aceitos após a verificação de sua validade e autenticidade pela Comissão Especial de Licitação;
- 10.7.3** A Empresa que deixar de apresentar a documentação exigida no envelope, será automaticamente **INABILITADA**, não se admitindo, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para a complementação desses documentos;
- 10.7.3.1** A Comissão Especial de Licitação, na reunião de abertura do certame, poderá abrir exceção:
- 10.7.3.1.1** Para que os documentos emitidos via internet, sejam consultados, impressos e apensados à documentação da(s) empresa(s), contanto que estejam dentro da validade;
- 10.7.3.1.2** Para apresentação do documento de identificação requerido no subitem 10.3.1, que deverá ser entregue em até 02 (dois) dias úteis, contados da abertura da licitação;
- 10.7.4** Eventual prorrogação da data de abertura desta Licitação, a critério da Comissão Especial de Licitação, implicará na prorrogação da validade (quanto ao prazo) dos documentos que estavam válidos na data inicialmente designada para a abertura do certame;
- 10.7.5** Antes da homologação do resultado desta Licitação, caso entenda necessário, a Comissão Especial de Licitação poderá solicitar o original do documento que tenha sido apresentado em cópia autenticada ou realizar qualquer outra diligência, no intuito de sanar dúvida porventura subsistente;
- 10.7.6** Todos os documentos apresentados para **HABILITAÇÃO** deverão estar numerados, sendo que ao lado da numeração do último documento deverá constar a expressão **“última página”**;
- 10.7.6.1** Caso a documentação não esteja numerada, o representante do Licitante (devidamente credenciado) poderá fazê-lo durante a sessão de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação.

11. DA PROPOSTA COMERCIAL – “ENVELOPE B”

11.1 A Proposta Comercial deverá ser apresentada em 01 (uma) via digitada ou datilografada, em linguagem clara, sem emendas ou rasuras, datada e devidamente **assinada por seu Representante Legal e pelo Responsável Técnico** (Engenheiro civil ou Engenheiro Eletricista ou Engenheiro Mecânico ou Arquiteto), em papel timbrado do Licitante, contendo as seguintes informações e/ou documentos:

11.1.1 Razão Social ou denominação do Licitante e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

11.1.2 Objeto da Licitação, conforme descrito no *Item 1*, deste Instrumento Convocatório;

11.1.3 Preço: a Proposta deverá conter o valor total da contratação, cotado, obrigatoriamente, em moeda nacional, em valores numéricos, com 2 (duas) casas decimais, sem emendas ou rasuras, conforme dados abaixo:

11.1.4 Deverá a Proposta Comercial conter, ainda expressamente, o prazo total de execução de todos os serviços que será **de até 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da assinatura do contrato**;

11.1.5 Nos preços constantes da Proposta deverão estar embutidos todos os custos necessários à entrega e instalação do objeto, quais sejam, fornecimento dos equipamentos, materiais, mão-de-obra, ferramentas, gastos com transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, alimentação, equipamentos de segurança (EPI e EPC), frete, garantia e outras despesas de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, bem como, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos, constituindo-se assim, na única remuneração devida;

11.1.6 A Comissão verificará e, caso haja a constatação de erros de soma e/ou resultados procederá à correção dos cálculos matemáticos apresentados pelo licitante, **mediante a aplicação do BDI indicado pelo Licitante na Proposta Comercial**, com duas casas decimais, prevalecendo o resultado retificado sobre o preço informado equivocadamente, seja por extenso ou numeral;

11.1.7 O valor a ser considerado para efeito de **MENOR PREÇO GLOBAL** será aquele que resultará do orçamento indicado pelo SESC, **acrescido do BDI**;

11.1.8 O valor estimado para esta licitação é de **R\$ 8.397.044,31** (oito milhões, trezentos e noventa e sete mil, quarenta e quatro reais e trinta e um centavos), este valor é o teto máximo de contratação, não serão aceitos valores totais de propostas superiores;

11.1.9 O valor apresentado no Preço Estimado já contempla BDI e a desoneração previdenciária sobre a folha de pagamento das empresas da construção civil, em conformidade com a legislação vigente;

- 11.1.10 Planilha com detalhamento da composição do BDI**, indicando o percentual correspondente utilizado pelo licitante na composição de sua proposta, conforme o referencial orientativo do Anexo I deste Edital;
- 11.1.10.1** As empresas optantes pelo Simples Nacional devem apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher;
- 11.1.10.2** Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;
- 11.1.10.3** As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.
- 11.1.11 Prazo de validade da Proposta Comercial**, que deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura das Propostas, estabelecida no preâmbulo deste Edital;
- 11.1.11.1** Quando não constar o prazo de validade, ficará subentendido como de **90 (noventa) dias**;
- 11.1.11.2** Quando o prazo for inferior a **90 (noventa) dias**, ou não constar prazo, somente quando houver representante da empresa presente na sessão de abertura do envelope da Proposta Comercial, **este** poderá declarar, por escrito, que adere ao prazo mínimo de **90 (noventa) dias** de validade, estipulado neste Edital;
- 11.1.12 Identificação na Proposta Comercial do Representante Legal da Empresa** que assinará o Contrato
- 11.2 Caso a validade informada na Proposta se encerre antes da homologação e adjudicação neste processo licitatório**, será considerada automaticamente prorrogada pelo mesmo prazo, caso não haja manifestação expressa e formal do Licitante, em sentido contrário, até 24 horas após o término da validade inicialmente informada;
- 11.2.1** A manifestação expressa de que trata este item deverá ser apresentada por meio de documento escrito em via original, **entregue à Comissão de Licitação, através de protocolo na sede administrativa do SESC-BA**, implicando, somente nesta hipótese, no declínio do Licitante em continuar na Licitação;
- 11.3** A apresentação de uma Proposta Comercial representa que o Licitante examinou todos os detalhes e especificações do presente Instrumento Convocatório e obteve informações sobre pontos porventura duvidosos e, por conseguinte, que os elementos recebidos lhe permitiram a apresentação de sua oferta;
- 11.4** No mesmo envelope identificado como “**PROPOSTA COMERCIAL**”, deverá constar a **Proposta (Anexo II), Planilha de Composição do BDI** (conforme subitem 11.1.10

do Edital), **Encargos Sociais** (conforme subitem 11.5.2.3 do Edital) e o **Cronograma Físico e Financeiro** (conforme subitem 11.6);

11.5 As planilhas e demais documentos técnicos entregues neste certame deverão ser assinados pelo representante legal e pelo responsável técnico (Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista ou Engenheiro Mecânico ou Arquiteto) que faça parte da equipe técnica da empresa, listado na Certidão de Registro da mesma apresentada na habilitação, onde fique claro o seu número de registro no Conselho Profissional da Categoria, conforme as Leis 5.194/66 e 12.378/2010;

11.5.1 As planilhas fornecidas pelo SESC/BA, conforme descrito no **ANEXO I**, contempla os quantitativos de cada um dos serviços que devem ser levantados pelo Licitante, salientando-se que será exigido todo e qualquer serviço necessário e/ou indispensável à execução do objeto;

11.5.2 As Propostas Financeiras, sob pena de desclassificação, devem, obrigatoriamente, conter o detalhamento da composição do BDI e dos respectivos percentuais praticados, **sendo o valor referencial para o BDI estipulado em 24,16% (vinte e quatro inteiros e dezesseis – centésimos por cento)**, considerando em sua composição, os itens, a seguir: **Garantia, Risco, Seguro, Despesas Financeiras, Administração Central, Lucro, Tributos** (excluídos aqueles de natureza direta e pessoal);

11.5.2.1 As despesas relativas ao **IRPJ e a CSSL** não deverão ser incluídas no BDI como despesas indiretas, uma vez que se referem a tributos incidentes sobre o lucro, e, portanto, têm natureza direta;

11.5.2.2 As empresas optantes pelo Simples Nacional devem apresentar os percentuais de **ISS, PIS e COFINS** discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas que a empresa está obrigada a recolher;

11.5.2.3 As propostas financeiras, sob pena de desclassificação, devem, obrigatoriamente, conter o detalhamento da composição de **Encargos Sociais** utilizada em seus orçamentos;

11.5.2.4 As propostas financeiras, sob pena de desclassificação, devem, obrigatoriamente, conter o detalhamento da composição de encargos sociais utilizada em seus orçamentos;

11.5.2.5 Caso a comissão detecte erros de multiplicação ou adição, na planilha proposta, serão corrigidos pela Comissão e prevalecerão sobre os propostos;

11.6 O Licitante deverá apresentar **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** dos serviços;

11.6.1 O **Cronograma Físico-Financeiro** deverá estar assinado, obrigatoriamente, pelo Representante Legal e pelo(s) Engenheiro(a)/Arquiteto(a) responsável técnico constante na certidão de registro do **CREA** ou **CAU** apresentada na habilitação, baseado no **Cronograma Físico** sugerido;

- 11.6.2** Caso não seja apresentado o Cronograma Físico-Financeiro solicitado, a Comissão poderá estabelecer prazo de 02 (dois) dias úteis para sua apresentação;
- 11.6.3** No Cronograma Físico-Financeiro deverá constar a representação gráfica mensal das etapas dos serviços, percentuais e respectivos valores;
- 11.6.4** O valor das parcelas previsto em cronograma físico financeiro aprovado, se não atingido, impede a medição da parcela e gera multa. Eventuais necessidades de modificação de cronograma financeiro deverão ser justificadas e acatadas em até 10(dez) dias corridos antes da data prevista para a medição;
- 11.6.5** O licitante vencedor do certame poderá ser convocado pelo SESC para ajuste do Cronograma Físico – Financeiro logo após a assinatura do Contrato e deverá ser aprovado o novo cronograma até o décimo dia da assinatura do contrato.

11.7 Os termos constantes da Proposta apresentada são de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito a qualquer modificação da mesma ou substituição de envelopes, após sua entrega, salvo no que tange à validade, em atenção ao **subitem 12.1.2**;

11.8 Após a abertura de quaisquer dos envelopes (Habilitação ou Proposta Comercial), não poderá o Licitante desistir da Proposta – integral ou parcialmente, salvo por comprovado motivo justo decorrente de fato superveniente, e sem culpa da empresa, devidamente comprovado e aceito pela Comissão de Licitação sob pena de inabilitação ou desclassificação, além das penalidades previstas no **item 21**;

11.9 Após a adjudicação ao vencedor, a execução do objeto licitado somente será considerada válida e regular quando ocorrer de acordo com descrições, datas, horários e prazos contidos neste Edital e seus Anexos;

11.9.1 Em caso de descumprimento ao disposto neste item, ficará a empresa sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital, na forma prevista no **item 21** e na Minuta Contratual.

12 DOS PROCEDIMENTOS DE ENTREGA, ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA.

12.1 DA ENTREGA DOS ENVELOPES

12.1.1 Os 02 (dois) Envelopes deverão ser entregues, devidamente fechados, à Comissão Especial de Licitação, até o início da sessão pública de abertura de envelopes, que será realizada no **dia 11 de janeiro de 2022, às 13h30min**, no 6º andar, do SESC Casa do Comércio, situado na Avenida Tancredo Neves, n.º 1.109, Caminho das Árvores, Salvador/BA;

12.1.2 Não serão recebidos envelopes após o prazo estabelecido neste Edital, salvo nos casos em que a Comissão de Licitação **conceda tolerância para início da sessão**;

12.1.3 A Comissão de Licitação poderá, no interesse do SESC em manter o caráter competitivo desta Licitação, relevar omissões puramente formais, nos Documentos e Propostas apresentadas pelos Licitantes, desde que não

comprometam a lisura do certame e possam ser sanadas em prazo fixado pela mesma.

12.2 DA ABERTURA DO ENVELOPE A (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

12.2.1 Na sessão indicada no **subitem 12.1.1**, serão abertos os Envelopes contendo os Documentos de Habilitação, sendo os documentos rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e Representantes dos Licitantes presentes;

12.2.1.1 Caso a Comissão julgue necessário, poderá suspender a reunião para analisar os Documentos de Habilitação, marcando nova data e horário para publicação do resultado de sua apreciação e a lista de habilitados;

12.2.2 Será procedida a rubrica dos Envelopes contendo as Propostas Comerciais, pelos membros da Comissão Especial de Licitação e Representantes das Empresas Licitantes presentes, ficando os mesmos sob a guarda e responsabilidade do SESC/BA, até a data de sua abertura em sessão pública a ser divulgada;

12.2.3 Da reunião lavrar-se-á Ata, na qual constará o nome dos Licitantes e de seus Representantes presentes e as ocorrências julgadas de interesse, devendo a mesma ser lida, discutida, aprovada e assinada pelos membros da Comissão Especial de Licitação e Representantes dos Licitantes presentes;

12.2.3.1 Fica facultado, à aceitação dos credenciados presentes, o envio da(s) Ata(s) do certame, a *posteriori*, por parte da comissão, através de e-mail. Na hipótese desta ocorrência, é possível que não conste da mesma a assinatura dos Licitantes, fato que não traz qualquer prejuízo ao conteúdo do documento;

12.2.4 Qualquer pronunciamento por parte dos Licitantes, quando lhes for concedida a palavra, deverá ser feito por seu preposto devidamente credenciado, por meio de “Formulário de Pronunciamento” disponibilizado pela Comissão de Licitação para este fim, o(s) qual(is) será(ão) anexado(s) à(s) Ata(s) do certame;

12.2.5 A critério exclusivo da Comissão de Licitação e com fundamento no Artigo 16, do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC poderá ser invertido o procedimento de abertura dos envelopes, abrindo-se, primeiramente, os envelopes contendo as **PROPOSTAS COMERCIAIS** e, somente após a classificação dos proponentes, será aberto o envelope de habilitação do Licitante classificado em primeiro lugar;

12.2.6 Na hipótese do **subitem anterior**, se o Licitante classificado em primeiro lugar for inabilitado, proceder-se-á com a abertura dos envelopes de habilitação dos Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que o seguinte classificado que preencha as condições de habilitação seja declarado vencedor, nas condições de sua Proposta;

12.2.7 As Propostas Comerciais somente poderão ser abertas na mesma sessão de abertura da Licitação e Julgamento de **HABILITAÇÃO** se todos os Licitantes

renunciarem ao direito de interpor recurso contra a decisão da fase habilitatória;

12.2.7.1 A comprovação de renúncia ao direito de interpor recurso contra a fase habilitatória se dará expressamente, por meio dos seus representantes presentes na sessão e/ou por qualquer outro meio expresso e inequívoco, formalmente demonstrado;

12.2.7.2 Nesta hipótese, a Comissão Especial de Licitação poderá realizar a abertura das **PROPOSTAS COMERCIAIS**, bem como divulgar o valor do **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes dos Licitantes presentes.

12.3 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.3.1 A Comissão de Licitação realizará o julgamento dos Documentos de Habilitação, e comunicará o resultado no sítio institucional do SESC BAHIA, www.sescbahia.com.br, no Link “Licitações”, identificado como **Protocolo 21/01.00011-CC, sob o Título – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DE CENOTECNIA DA UNIDADE TEATRO SESC CASA DO COMÉRCIO DERALDO MOTTA** todavia poderá a Comissão de Licitação, a seu critério, enviá-lo por e-mail aos licitantes, no intuito, apenas, de ampliar a publicidade do certame;

12.3.2 A falta de qualquer documento exigido ou sua apresentação em desconformidade com as exigências do presente Instrumento Convocatório poderá implicar na **INABILITAÇÃO** do Licitante;

12.3.3 A Comissão Especial de Licitação comunicará aos participantes habilitados a data, hora e local da sessão pública de abertura da Proposta Comercial (Envelope B) – por meio da própria Ata da Sessão de Julgamento da Habilitação, ou via sítio institucional do SESC BAHIA, conforme **subitem 12.3.1**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis;

12.3.4 Os Licitantes não habilitados receberão, em devolução, os Envelopes B – Proposta Comercial, no Núcleo de Licitação do SESC/BA, no endereço citado no **subitem 12.1.1** deste Edital, sem que se tome conhecimento da Proposta, no prazo de **15 (quinze) dias úteis após homologação do certame**;

12.3.4.1 Decorrido o prazo previsto no item anterior, o SESC/BA irá descartar todos os documentos deles constantes sem que caiba qualquer direito de indenização ou restituição ao licitante omissor.

12.4 DA ABERTURA DO ENVELOPE B (PROPOSTA COMERCIAL)

12.4.1 Será realizada sessão pública de Abertura do(s) Envelope(s) B (Proposta Comercial), facultando-se a presença dos Representantes dos Licitantes habilitados, em data e horário marcados previamente, 6º andar, do SESC Casa do Comércio, situado na Avenida Tancredo Neves, n.º 1.109, Caminho das Árvores, Salvador/BA;

12.4.2 A Comissão Especial de Licitação abrirá o(s) Envelope(s) B (Proposta Comercial), procedendo à leitura dos valores das Propostas, sendo as

mesmas rubricadas pelos seus membros e Representantes dos Licitantes presentes;

12.4.3 Da reunião lavrar-se-á Ata na qual constará o nome dos Licitantes e dos seus Representantes presentes e todas as ocorrências julgadas de interesse, devendo ser lida, discutida, aprovada e assinada pelos Representantes dos Licitantes presentes e membros da Comissão de Licitação;

11.4.3.1 Fica facultado, à aceitação dos credenciados presentes, o envio da(s) Ata(s) do certame, a *posteriori*, por parte da comissão, através de e-mail. Na hipótese desta ocorrência, é possível que não conste da mesma a assinatura dos Licitantes, fato que não traz qualquer prejuízo ao conteúdo do documento;

12.4.4 Caso a Comissão julgue necessário, poderá suspender a reunião para analisar as Propostas Comerciais, marcando nova data e horário para publicação do resultado de sua apreciação e a lista de classificados;

12.4.5 Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, todas as Propostas serão rubricadas pelos membros da Comissão Especial e Licitantes presentes, ficando as mesmas em poder do SESC/BA;

12.4.6 Superada a fase de Habilitação e abertas as Propostas, não mais caberá inabilitar os Licitantes por irregularidades dos Documentos de Habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento, que desabonem ou inviabilizem o cumprimento das obrigações pelos Licitantes.

12.5 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.5.1 Encerrada a sessão de abertura dos Envelopes B, as Propostas serão verificadas quanto à existência de eventuais erros aritméticos, os quais serão corrigidos pela Comissão de Licitação, da seguinte forma:

12.5.1.1 No caso de erro de adição/multiplicação o resultado será retificado, cabendo à demonstração da correção pela Comissão de Licitação, não sendo necessária a anuência do Proponente, apenas a sua ciência;

12.5.2 Após a abertura das Propostas, a Comissão Especial de Licitação definirá, em fundamentado julgamento, a Proposta classificada como a de **MENOR PREÇO GLOBAL**, registrando o preço do melhor colocado, considerando-o vencedor, vinculado ao atendimento das exigências deste Instrumento Convocatório e seus Anexos, lavrando-se Ata que será assinada por seus membros, cujo resultado será comunicado aos Licitantes, via Sítio Institucional do SESC BAHIA ou a critério da Comissão, por e-mail, no intuito, apenas, de ampliar a publicidade do certame, conforme **subitem 12.3.1**;

12.5.2.1 A Proposta apresentada deverá estar numerada, sendo que ao lado da numeração da última página deverá constar a expressão “**última folha**”;

- 12.5.2.2** Caso a Proposta não esteja numerada, nem assinada, o representante da Empresa poderá fazê-lo durante a reunião de abertura dos envelopes;
- 12.5.3** Será **desclassificada** a Proposta que não atender às exigências deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto a especificações técnicas, integralmente, bem como as Propostas que contenham valores manifestamente inexequíveis, excessivos, simbólicos, irrisórios ou iguais a zero;
- 12.5.4** Poderão ser desconsideradas as Propostas dos Licitantes cuja contratação for desaconselhada, em parecer técnico circunstanciado, emitido pela área técnica do SESC/BA;
- 12.5.5** Ocorrendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas, o desempate dar-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado logo após a constatação do empate, ou em momento posterior, a critério da Comissão de Licitação, ficando facultada a presença dos Licitantes;
- 12.5.6** Quando todos os Licitantes forem inabilitados ou todas as Propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá, a seu critério, conforme conveniência e oportunidade para a Entidade, fixar aos Licitantes o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para a apresentação de nova documentação ou Proposta, sem as causas que ensejaram a inabilitação ou a desclassificação.
- 12.5.7** **Serão desclassificadas as Propostas que:**
- a) Estejam em desacordo com o presente Instrumento Convocatório;
 - b) Contenham emendas e/ou rasuras;
 - c) Consignem prazo de validade inferior a **90 (noventa) dias corridos**, observadas as situações previstas nos subitens **11.1.11.1 e 11.1.11.2**.
 - d) Cujos serviços cotados contenham características/especificações diferentes das exigidas no Instrumento Convocatório;
 - e) Não atendam a quaisquer das condições e exigências contidas nesta Licitação e/ou ofereçam vantagens nela não previstas.
- 12.5.8** A Comissão de Licitação e/ou a Presidência do Conselho Regional do SESC/BA poderão pedir esclarecimentos e promover diligências, em qualquer fase da Licitação e sempre que julgarem necessário, fixando prazos para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo;
- 12.5.9** Superada a fase recursal, a Comissão de Licitação remeterá o processo à Presidência do Conselho Regional do SESC/BA, para **Homologação** da Licitação e posterior Assinatura do Contrato.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

- 13.1** Este Instrumento Convocatório e seus Anexos, que, como parte integrante, reputam-se aqui transcritos, poderão ser impugnados, no todo ou em parte no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura dos envelopes de **HABILITAÇÃO** e/ou **PROPOSTA COMERCIAL**, sob pena de preclusão;

13.1.1 Caso o Edital não seja impugnado, os Licitantes, na hipótese de recurso, não poderão buscar amparo em questionamento ou modificação de quaisquer disposições deste Instrumento Convocatório e seus Anexos;

13.2 Não havendo impugnação ao Instrumento Convocatório no prazo aqui previsto, não serão aceitos ou considerados válidos requerimentos posteriores de modificação de qualquer das disposições, descrições, penalidades, exigências e/ou prazos dele constantes;

13.3 A Impugnação a este Instrumento Convocatório deverá ser dirigida à Comissão de Licitação, através de documento escrito com a assinatura e identificação do subscritor (*nome, RG, CPF, e-mail, telefone e cargo ou função, caso represente empresa*) e a devida identificação do Impugnante, quando for pessoa jurídica (*nome/razão social, CPF/CNPJ, endereço, e-mail, telefone*);

13.3.1 A Impugnação poderá ser remetida para a Unidade Sesc Casa do Comércio, 6º andar, na Avenida Tancredo Neves nº 1.109, Caminho das Árvores, Salvador/BA, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, nos dias em que houver expediente, ou encaminhada para o e-mail licitacao@sescbahia.com.br desde que dentro do prazo fixado no subitem 12.1;

13.4 As impugnações ao edital e seus Anexos apresentadas fora do prazo **não serão apreciadas**.

14 **DOS RECURSOS**

14.1 Conforme disposto no art. 22, do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, aprovado pela Resolução SESC nº 1.252/2012, o Licitante poderá apresentar recurso, por escrito e com a devida fundamentação, em face de decisão da Comissão Especial de Licitação, dirigido à Presidência do Conselho Regional do SESC/BA, protocolado na via original, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de divulgação da decisão recorrida;

14.1.1 Os recursos interpostos no curso deste processo licitatório poderão ser entregues na Unidade Sesc Casa do Comércio, 6º andar, na Avenida Tancredo Neves nº 1.109, Caminho das Árvores Salvador/BA, **no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, nos dias em que houver expediente, ou encaminhados para o e-mail licitacao@sescbahia.com.br, desde que dentro do prazo fixado no item 14.1;

14.1.2 Os recursos poderão ser assinados pelo representante credenciado da empresa Licitante ou representante legal da mesma, de acordo com ato constitutivo;

14.2 Os recursos terão efeito suspensivo apenas quanto ao julgamento ou resultado que se referirem, ficando os demais sujeitos à homologação e adjudicação parcial, conforme interesse e conveniência do SESC/BA;

14.3 Após a interposição de recurso, será oportunizada vista do mesmo aos demais Licitantes, no SESC/BA, pelo **prazo comum de 05 (cinco) dias úteis** a contar da publicação referente à interposição, para que possam apresentar contrarrazões, se assim desejarem, na hipótese em que a alteração da decisão possa vir a atingir interesse dos demais;

- 14.4** Apresentadas ou não contrarrazões por outro(s) Licitante(s), **após findar prazo do subitem 14.3, a Comissão de Licitação, a seu critério, juntará ao processo licitatório, em até 03 (três) dias úteis**, sua exposição de motivos sobre a decisão recorrida, mantendo-a ou indicando sua reforma, e, se necessário, realizará instrução complementar, para, logo após, encaminhar o processo licitatório à Presidência do Conselho Regional, a quem caberá julgar o Recurso;
- 14.4.1** Caso a Comissão de Licitação não deseje se manifestar acerca do recurso, deverá remeter o processo licitatório para julgamento em até 24 (vinte e quatro) horas após encerrado o prazo previsto no **subitem 14.4**;
- 14.5** Os recursos serão julgados no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, contados da data de encerramento do prazo para que outros Licitantes se pronunciem a respeito do recurso protocolado (**subitem 14.4**), conforme art. 23 da Resolução SESC nº 1.252;
- 14.5.1** O poder julgador do Presidente do Conselho Regional do SESC/BA é passível de delegação através de ato administrativo prévio;
- 14.5.2** A decisão que julgar o recurso interposto será publicada no site do SESC/BA, podendo também, a critério da Comissão, ser enviada aos Licitantes por e-mail, no intuito, apenas, de ampliar a publicidade do certame;
- 14.6** Não caberá recurso da decisão da Presidência do Conselho Regional do SESC/BA acerca do recurso protocolado;
- 14.7** Na hipótese em que o decurso dos prazos atinentes ao recurso interposto e suas fases até o julgamento venham a prejudicar a utilidade e eficácia deste certame, ficam desde já cientes os licitantes de que o referido objeto ficará sujeito a cancelamento/revogação a ser declarado pela Presidência do Conselho Regional, mediante apreciação da conveniência e oportunidade, ficando a Entidade isenta de qualquer responsabilidade por fato decorrente de tal ato e não cabendo quaisquer indenizações, haja vista que o cancelamento/revogação decorrerá da própria legalidade do certame;
- 14.8** Não caberá recurso da decisão fundamentada, mediante apreciação da conveniência e oportunidade, através da qual seja declarado o cancelamento/revogação deste certame, em razão de fato superveniente à deflagração desta Licitação;
- 14.9** Os recursos apresentados fora do prazo **não serão apreciados**.

15 DA HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

- 15.1** Superadas as fases do julgamento das propostas comerciais e da Habilitação, incluindo-se recurso(s) que tenham sido interpostos, estando regular o procedimento Licitatório, poderá o seu resultado final ser homologado e adjudicado pela Autoridade Competente do SESC/BA, com estrita observância do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, alterado e consolidado pela Resolução SESC nº 1.252/2012, e a Resolução SESC/BA nº 167/2019.

16 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 16.1** O SESC/BA reterá **5% (cinco por cento)** do valor de cada fatura, como garantia de execução ao contrato. Esses valores retidos como garantia serão restituídos ao

Contratado por ocasião do recebimento definitivo, após a verificação da existência de penalidades contratuais, previstas no **item 21**;

16.2 Os valores correspondentes à garantia de execução ou o valor que dela restar, será depositado em Caderneta de Poupança e devolvido pelo saldo que apresentar, quando assinado o “Termo de Recebimento Definitivo” ao recebimento do Sesc e mediante entrega do CND da execução dos serviços;

16.3 A Contratada perderá a garantia de execução quando:

16.3.1 Da inadimplência das obrigações e/ou rescisão do contrato;

16.3.2 Do não recebimento provisório e/ou definitivo, e/ou não aceitação, pelo SESC/BA, do objeto contratado.

17 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

17.1 A minuta contratual a ser firmada com a empresa vencedora da licitação consta **do Anexo VI** deste Edital;

17.2 O prazo de vigência do contrato se encerrará **90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra, sem a necessidade de aviso prévio ou termo escrito.**

17.3 A participação nesta licitação através de apresentação de Proposta Comercial implica em anuência, sem ressalvas, ao Edital e a todos os seus Anexos, devidamente publicados, razão pela qual o vencedor terá assumido a obrigação de assinar o Contrato cuja minuta corresponde ao **Anexo VI**, parte integrante deste Edital, como se aqui estivesse literalmente transcrita;

17.4 A Empresa vencedora será regularmente convocada para assinar o Contrato referente ao objeto desta licitação no prazo de 10 (dez) dias corridos após a publicação da homologação/adjudicação do julgamento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Instrumento Convocatório, conforme o Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, na legislação pertinente;

17.4.1 O prazo de **10 (dez) dias corridos** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo SESC/BA;

17.4.2 Sendo a empresa Adjudicatária de outro Estado e, conseqüentemente inscrita no CREA ou CAU de origem, deverá apresentar na assinatura do Contrato, como condição, prova do visto ou registro da Empresa, como Pessoa Jurídica, junto ao CREA ou CAU;

16.5.2.1 Da mesma forma, sendo o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços, de outro Estado e, conseqüentemente inscrito no CREA ou CAU de origem, deverá(ão) apresentar na assinatura do contrato, como condição, prova do visto ou registro junto ao CREA ou CAU.

17.5 O vencedor da Licitação ao participar do certame com apresentação de proposta comercial se vincula ao dever de assinar o contrato correlato cujo conteúdo da minuta lhe é informado no ato de publicação deste instrumento convocatório;

- 17.6** Da minuta do Contrato constam todas as condições, procedimentos e obrigações aplicáveis à relação jurídica entre o **SESC/BA** e a **CONTRATADA** selecionada através deste certame, sendo complementada, no que couber, pelo Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, pelo Código de Defesa do Consumidor e, subsidiariamente, pelo Código Civil;
- 17.7** A recusa injustificada do adjudicatário a assinar o Contrato no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e renúncia ao direito de contratar, sujeitando-o às penalidades estipuladas neste Edital e no art. 31 do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, sem prejuízo de ação para ressarcimento de perdas e danos ou qualquer outra cabível ao caso concreto em decorrência da legislação aplicável;
- 17.8** Poderá o SESC/BA, mediante apreciação discricionária, revogar a presente Licitação, independentemente das cominações que poderão ser impostas ao Licitante desistente ou inadimplente;
- 17.9** Até a assinatura do Contrato, o SESC/BA poderá desclassificar quaisquer Licitantes, sem que lhes caiba qualquer indenização, caso tenha conhecimento de qualquer fato que desabone a idoneidade, a capacidade financeira, técnica ou administrativa do concorrente, inclusive incorreções que venham a ser detectadas na documentação;
- 17.10** No curso do prazo do Contrato, a empresa contratada deverá manter atualizado e regular o seu registro junto ao CREA, a fiscalização do cumprimento de normas de segurança do trabalho, em especial as Normas Regulamentadoras NR 10, NR 11, NR 12, NR 18 e NR 35 bem como as condições de habilitação mencionadas neste Edital;
- 17.11** Na ocorrência descrita no item anterior, poderão ser convocados os Licitantes remanescentes, seguindo a ordem de classificação, para que lhes seja ofertado executar o objeto, nas mesmas condições, prazo e valores da proposta vencedora;
- 17.11.1** Nesta hipótese não será necessária nova adjudicação, pois a autoridade competente já terá adjudicado os termos da execução do objeto, e a mudança do contratado não implicará em alteração do preço;
- 17.11.2** Poderá o SESC/BA, ainda, mediante apreciação discricionária, revogar a Licitação, independentemente das cominações que poderão ser impostas ao Licitante desistente ou inadimplente.

18 PRAZO PARA EXECUÇÃO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 18.1** A execução do serviço deverá ocorrer na Unidade Teatro Sesc Casa do Comércio Deraldo Motta, no endereço indicado no **Anexo I** deste Edital, em total conformidade com o que consta do descritivo do objeto deste certame;
- 18.2** A execução do serviço obedecerá rigorosamente às Especificações Técnicas e detalhes constantes dos **Anexos I a VII** deste Edital.

19 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 19.1** Sem prejuízo das demais obrigações inerentes à perfeita execução do objeto licitado e daquelas constantes deste Edital e seus Anexos, constituem-se obrigações das partes, todas aquelas constantes da Minuta Contratual, que aqui se reputa

literalmente transcrita e deverão ser observadas a partir do início da vigência contratual.

19.2 O SESC/BA não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência ou cessão de responsabilidade ou obrigações do(s) Licitante(s) Adjudicado(s) para outra(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica(s), ainda que sejam seus representantes, franqueados, fornecedores ou mantenham com o(s) mesmo(s) qualquer outro tipo de vínculo.

20 DO PAGAMENTO PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1 Ao ingressar como concorrente nesta Licitação, através da apresentação dos envelopes referidos no **item 8**, bem como no ato da assinatura do Contrato, o Licitante Adjudicado se declara ciente de que sobre o valor da Proposta vencedora será realizada **retenção dos tributos municipais, estaduais e federais e/ou encargos sociais para os quais a legislação vigente determine retenção pelo tomador**;

20.2 As condições e procedimentos para o pagamento pelos serviços prestados, alusivo à contratação decorrente deste certame, constam da Minuta do Contrato (**Anexo VI**) que é parte integrante deste Edital, como se nele estivesse literalmente transcrito, vinculando o licitante e o SESC/BA;

20.3 A Nota Fiscal será emitida e encaminhada pela Contratada junto com os demais documentos exigidos neste Instrumento Convocatório e Contrato, por meio de ofício protocolado no SESC/BA;

20.4 O pagamento da Nota Fiscal referente aos valores devidos por conta da execução dos serviços, em parcelas mensais, será efetuado **em até 10 (dez) dias úteis**, conforme o Cronograma Físico-Financeiro e liberação do Fiscal da obra, condicionado, também, a apresentação da documentação legal prevista na sua íntegra;

21 DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

21.1 A recusa injustificada do Licitante Adjudicado em assinar o Contrato ou em cumprir os prazos previstos neste Instrumento Convocatório caracterizará descumprimento da obrigação assumida no curso do certame e poderá acarretar ao Licitante as seguintes penalidades:

21.1.1 Perda do direito à contratação;

21.1.2 Suspensão do direito de licitar ou contratar com o SESC/BA por até 02 (dois) anos;

21.1.3 A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a, também, às outras penalidades estabelecidas no instrumento contratual (**Anexo VI**);

21.2 As penalidades aplicáveis antes da assinatura do Contrato licitado constam deste Edital, enquanto as penalidades posteriores, já atinentes à fase de execução contratual, constam da **Minuta Contratual do Anexo VI** deste Edital, que aqui se considera literalmente transcrita para todos os efeitos;

- 21.3** Qualquer que seja o caso, a aplicação de penalidade será fundamentada em decisão da Autoridade Competente e deverá ser precedida de oportunidade para exercício do Contraditório e Ampla Defesa;
- 21.4** Nos termos do artigo 389, do Código Civil, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Instrumento Convocatório e/ou no Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, é facultado ao SESC BA ajuizar demanda para ressarcimento de perdas e danos e/ou lucros cessantes provocados por conduta de qualquer dos licitantes, inclusive vencedor e contratado.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1** Outras informações ou pedido de esclarecimentos, em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital e de seus Anexos, deverão ser encaminhados, por escrito, à Comissão Especial de Licitação, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, de segunda à sexta-feira, no SESC Casa do Comércio, situado na Avenida Tancredo Neves, n.º 1.109, 6º andar – Caminho das Árvores, Salvador/BA, ou para o e-mail licitacao@sescbahia.com.br, até **03 (três) dias** anteriores à data da sessão de abertura da Licitação;
- 22.1.1** Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de Documentos e Proposta Comercial, não cabendo ao Licitante direito a qualquer reclamação posterior;
- 22.2** O resultado da Licitação e todos os procedimentos inerentes ao processo serão divulgados no site institucional do SESC/BA, www.sescbahia.com.br, no *Link* “Licitações”, identificado como Protocolo **21/01.00011-CC, sob o Título – REFORMA DE CENOTECNIA DA UNIDADE TEATRO SESC CASA DO COMÉRCIO DERALDO MOTTA**;
- 22.3** Ao SESC/BA fica reservado o direito de revogar, cancelar, anular, parcial ou total, temporária ou em definitivo a presente Concorrência, em despacho circunstanciado da Presidência do Conselho Regional do SESC/BA e no exclusivo interesse da Entidade, sem que caibam às Empresas quaisquer direitos ou indenizações;
- 22.4** A Comissão de Licitação poderá, a qualquer momento, prorrogar a data e/ou suspender a sessão de abertura do certame, objetivando o saneamento de alguma inconformidade verificada após a publicação da presente licitação, assim como em decorrência de fato superveniente que justifique a utilização de tais medidas, registrando nos autos os motivos que fundamentam tal decisão administrativa;
- 22.5 O SESC/BA reserva-se o direito de rejeitar Propostas que não atendam ao objeto desta Licitação, bem como adiar, cancelar (revogar ou anular) a presente CONCORRÊNCIA, a qualquer momento, no todo ou parcialmente;**
- 22.5.1** De igual modo, o SESC/BA poderá, conforme art. 40 do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, cancelar qualquer dos objetos, ainda que após o julgamento, desde que antes da **assinatura do contrato**, garantindo aos Licitantes o direito ao exercício do Contraditório e da Ampla Defesa;
- 22.6** O PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação;

- 22.6.1** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do PROPONENTE que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido classificado, o cancelamento do Contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
- 22.7** Na contagem dos prazos estabelecidos na presente Concorrência, será excluído o dia do início e incluído o do vencimento, e considerando dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;
- 22.7.1** Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de funcionamento do SESC/BA;
- 22.8** A Presidência do Conselho Regional do SESC/BA poderá desclassificar, mediante despacho fundamentado, a(s) Empresa(s) vencedora(s) desta Licitação, se houver notícia de qualquer ato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento deste Certame, que desabone sua idoneidade, capacidade técnica ou econômica, sem que lhe caibam direito à indenização ou ressarcimento, sem prejuízo da aplicação das sanções legais e contratualmente previstas;
- 22.9** Na ausência de solicitação de esclarecimentos no prazo acima mencionado, presumir-se-á que os elementos fornecidos neste Edital são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de documentos e Proposta Comercial, não cabendo ao Licitante direito a qualquer reclamação posterior neste sentido;
- 22.10** Não serão aceitos protocolos de requerimento ou de renovação junto aos órgãos competentes, em substituição a quaisquer documentos exigidos neste certame;
- 22.11** Informações meramente verbais **não** terão nenhuma validade legal neste processo licitatório;
- 22.12** Os PROPONENTES intimados para prestarem quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão Especial de Licitação, sob pena de desclassificação/inabilitação;
- 22.13** A Comissão Especial de Licitação e/ou a Presidência do Conselho Regional do SESC/BA poderão pedir esclarecimentos e prover diligências, em qualquer fase da Licitação e sempre que julgarem necessário, fixando prazos para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente da Proposta, salvo as exceções previstas neste Edital;
- 22.14** Para resguardar a competitividade neste certame, a Comissão Especial de Licitação poderá, a seu critério, relevar ou diligenciar omissões puramente formais em Documentos e Propostas apresentadas pelos Licitantes, desde que a conduta escolhida não comprometa a lisura do procedimento, sendo vedada a inclusão de documentos que deveriam constar originalmente dos envelopes no ato de abertura;
- 22.15** Informações meramente verbais não terão nenhuma validade legal neste processo licitatório;
- 22.16** A Empresa deverá justificar, fundamentada, prévia e formalmente, qualquer ocorrência que leve a descumprir os deveres estabelecidos no Instrumento Convocatório. A aceitação da justificativa ficará a critério do SESC/BA;

- 22.17** Depois de decorrido 01 ano da apresentação da proposta, o saldo remanescente do contrato será reajustado pelo INCC – COLUNA 35 - Índice Nacional da Construção Civil, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, permanecendo os mesmos inalterados por mais 01 (um) ano;
- 22.18** A Contratada poderá admitir subcontratação parcial do objeto contratual, no limite de até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, desde que mantida sua responsabilidade perante o SESC/BA, inclusive quanto às obrigações com Previdência Social, PIS, FGTS, dívidas trabalhistas, e demais tributos ou encargos sociais, decorrentes da contratação, tanto de seus funcionários quanto das subcontratadas;
- 22.19** A realização de subcontratação deverá possuir a anuência prévia e expressa do SESC/BA, cabendo à empresa **CONTRATADA** apresentar a documentação de regularidade fiscal da(s) empresa(s) que será(ão) subcontratada(s) no decorrer da execução do contrato, sendo vedada a subcontratação total do serviço e/ou com licitante que tenha participado deste processo licitatório;
- 22.19.1** A Contratada responderá, única e exclusivamente, perante o SESC/BA, pelos serviços por ela subcontratados com terceiros;
- 22.19.2** Para os serviços técnicos subcontratados deverão ser apresentados os respectivos registros no CREA ou CAU, acompanhada de ART/RRT (Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico da empresa subcontratada;
- 22.20** A Contratada não poderá subcontratar nem transferir o presente Contrato a terceiros, sem o consentimento prévio do Contratante. Em nenhuma hipótese será permitida a subcontratação total do objeto;
- 22.21** Nenhuma indenização será devida aos Licitantes pela elaboração e apresentação da documentação de que trata o presente Edital;
- 22.22** Os documentos que integram o presente processo licitatório, inclusive o preço estimado e planilhas orçamentárias, encontram-se à disposição dos Proponentes, para consulta, mediante solicitação à Comissão Especial de Licitação, resguardando-se, deste modo, a observância à publicidade;
- 22.23** Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época;
- 22.24** Na execução dos serviços, objeto do presente Edital, deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações e as Normas Técnicas vigentes, e aquelas complementares e particulares estabelecidas no **Memorial Descritivo**;
- 22.25** Fica entendido que este Edital e seus Anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado como especificado e válido;
- 22.26** As normas disciplinadoras deste certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não violem os interesses do SESC/BA, a finalidade e a segurança da contratação, **bem como** os princípios aplicáveis aos processos licitatórios dos Serviços Sociais Autônomos;

- 22.27** Os casos omissos e as dúvidas suscitadas no curso deste processo licitatório serão dirimidos pela Comissão Especial de Licitação, que decidirá com base no Regulamento de Licitações e Contratos do SESC;
- 22.28** A apresentação de Proposta representa conhecimento, entendimento e aceitação das condições de participação, nos termos do respectivo Instrumento Convocatório e seus Anexos;
- 22.29** A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das Propostas, poderá a Comissão de Licitação, se necessário, modificar este Instrumento, contudo, nesta hipótese, deverá proceder nova divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas;
- 22.30** Para qualquer ação judicial decorrente deste processo licitatório ou do Contrato dele resultante, prevalecerá o Foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Salvador, 15 de dezembro de 2021.

Maria Aparecida da Silva
Presidente da Comissão Especial de Licitação

ANEXO I

CONCORRÊNCIA Nº 11/2021

1. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DE CENOTECNIA DA UNIDADE TEATRO SESC CASA DO COMÉRCIO DERALDO MOTTA, CONFORME PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS ACOSTADOS AO PRESENTE EDITAL.

MEMORIAIS DESCRITIVOS, PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS ORIENTATIVAS E COMPOSIÇÕES DE BDI

- a) Os arquivos que compõem os anexos intitulados – PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS ORIENTATIVAS e demais documentos deverão ser obtidos através do *link* para acesso ao download via servidores de arquivo em nuvem **GOOGLE DRIVE**:



Link para download:

<https://drive.google.com/drive/folders/1118nNGMZiGTLMpjYocs9qBmxjYo74F8Q?usp=sharing>

2. **ENDEREÇO DA UNIDADE DO SESC BAHIA ONDE SERÁ EXECUTADO O SERVIÇO:**

UNIDADE	ENDEREÇO
TEATRO SESC CASA DO COMÉRCIO DERALDO MOTTA	AVENIDA TANCREDO NEVES, nº 1109. CAMINHO DAS ÁRVORES. SALVADOR-BAHIA.

Salvador, 15 de dezembro de 2021.

Maria Aparecida da Silva
 Presidente da Comissão Especial de Licitação

ANEXO II

CONCORRÊNCIA Nº 11/2021

- 1. OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DE CENOTECNIA DA UNIDADE TEATRO SESC CASA DO COMÉRCIO DERALDO MOTTA, CONFORME PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS ACOSTADOS AO PRESENTE EDITAL.

PROPOSTA COMERCIAL

A Proposta Comercial à ser apresentada refere-se a Planilha Orientativa que encontra-se no link descrito no Anexo I e deverá ser datada e devidamente assinada por seu Representante Legal e pelo Responsável Técnico (Engenheiro ou Arquiteto), conforme item 11 e seus subitens.

OBSERVAÇÃO: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER IMPRESSO EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, ASSINADO SOMENTE PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA E SER ENTREGUE DENTRO DO ENVELOPE “**PROPOSTA COMERCIAL**”.

ANEXO III

CONCORRÊNCIA Nº 11/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DE CENOTECNIA DA UNIDADE TEATRO SESC CASA DO COMÉRCIO DERALDO MOTTA, CONFORME PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS ACOSTADOS AO PRESENTE EDITAL.

(MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA)

ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

(em papel e timbrado da empresa)

Atesto, para fins de comprovação junto ao SESC, especialmente perante a comissão Especial desta Licitação, que o Sr., portador da Carteira de Identidade nº., expedida pelo (a) em ___/___/___, representando nossa Empresa, compareceu ao(s) local(is) onde será(ão) executado(s) o(s) objeto(s) da Licitação em epígrafe, tomando conhecimento de todas as condições e peculiaridades que possam, de qualquer forma, influir sobre o custo, preparação de documentos e de proposta, bem como a execução global objeto da Licitação, sem apresentar qualquer objeção.

Local, de de 2021.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal
NOME/RG/CARGO OU FUNÇÃO

OBSERVAÇÃO: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER IMPRESSO EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, ASSINADO SOMENTE PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA E SER ENTREGUE DENTRO DO **ENVELOPE “HABILITAÇÃO”**. **NENHUM** REPRESENTANTE DO SESC BAHIA TERÁ QUE ASSINAR ESTE DOCUMENTO.

ANEXO IV

CONCORRÊNCIA Nº 11/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DE CENÓTECNIA DA UNIDADE TEATRO SESC CASA DO COMÉRCIO DERALDO MOTTA, CONFORME PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS ACOSTADOS AO PRESENTE EDITAL.

(MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA)

(em papel e timbrado da empresa)

Atesto, para fins de comprovação junto ao SESC, especialmente perante a Comissão Especial desta Licitação, que tenho conhecimento de todas as condições e peculiaridades do(s) local(is) de execução do objeto que possam, de qualquer forma, influenciar no custo e/ou na preparação de documentos e de proposta, bem como na execução global objeto da Licitação, sem apresentar qualquer objeção e, por isso, estou ciente de que não poderei pleitear posteriormente, a modificação de condições previstas no Edital e Anexos ou arguir irregularidade ou inviabilidade técnica do objeto ou Proposta Comercial insuficiente ao cumprimento do objeto.

Declaro, ainda, que estou ciente de que foi facultada a todos os interessados a oportunidade de realizar vistoria técnica no local de execução dos serviços, conforme item 09 do Edital.

Local, de de 2021.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal
NOME/RG/CARGO OU FUNÇÃO

OBSERVAÇÃO: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER IMPRESSO EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, ASSINADO SOMENTE PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA E SER ENTREGUE DENTRO DO ENVELOPE “HABILITAÇÃO”. **NENHUM** REPRESENTANTE DO SESC BAHIA TERÁ QUE ASSINAR ESTE DOCUMENTO.

ANEXO V
CONCORRÊNCIA Nº 11/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DE CENÓTECNIA DA UNIDADE TEATRO SESC CASA DO COMÉRCIO DERALDO MOTTA, CONFORME PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS ACOSTADOS AO PRESENTE EDITAL.

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO PRÉVIA DE TODAS AS CONDIÇÕES ESTIPULADAS NO EDITAL

Prezados Senhores,

Declaramos que concordamos, integralmente, com todas as condições estipuladas no referido Edital da Concorrência Nº 11/2021, e seus Anexos, que tomamos conhecimento de todas as condições para a execução dos serviços licitados, que tais condições foram levadas em consideração para elaboração das propostas, objeto desta Licitação, e que assumimos exclusiva e total responsabilidade pela execução da obra.

Salvador, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do Responsável Legal da Empresa
NOME / RG / CARGO OU FUNÇÃO

Identificação do Representante Legal (Nome, CPF, cargo)

Telefone do Licitante:

E-mail:

OBSERVAÇÃO: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER IMPRESSO EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, ASSINADO SOMENTE PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA E SER ENTREGUE DENTRO DO ENVELOPE “**HABILITAÇÃO**” **NENHUM** REPRESENTANTE DO SESC BAHIA TERÁ QUE ASSINAR ESTE DOCUMENTO.

ANEXO VII

MINUTA – CONTRATO N.º BA-2021-OB-__

O **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC** – Instituição de Direito Privado sem fins lucrativos, criada em cumprimento ao Decreto-lei nº 9.853 de 13/09/1946, regulamentada pelo Decreto nº 60.334 alterado pelo Decreto nº 61.836 de 05/12/1967, através da **Administração Regional no Estado da Bahia (SESC/BA)**, com sede administrativa inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.591.002/0001-90, localizada na Avenida Tancredo Neves nº 1.109, Edifício Casa do Comércio, 8º andar, Caminho das Árvores, Salvador/BA, com Inscrição Estadual n.º 70.726.119, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Regional, Sr. Carlos de Souza Andrade, empresário do comércio, portador da Cédula de Identidade RG n.º _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, e, de outro lado, doravante denominada como **CONTRATADA**, a empresa _____, situada _____, CEP: _____ inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º _____, SSP/____, inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, residente e domiciliado na _____.

As partes contratantes estipulam e aceitam as condições previstas nas Cláusulas a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto contratação de empresa de engenharia para reforma de Cenotecnia da Unidade Teatro Sesc Casa do Comércio Deraldo Motta, nos termos constantes do **Edital de Concorrência n.º 11/2021**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A **CONTRATADA** deverá executar os serviços objeto do presente Contrato na Unidade **TEATRO SESC CASA DO COMÉRCIO DERALDO MOTTA**, conforme endereço descrito abaixo:

ENDEREÇO
AVENIDA TANCREDO NEVES, 1109. CAMINHO DAS ÁRVORES. SALVADOR-BAHIA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

O prazo de execução dos serviços será de **120 (cento e vinte) dias**, a contar da assinatura do presente contrato, consoante cronograma físico-financeiro apresentado, devendo a **CONTRATADA** nos **10 (dez) dias uteis** iniciais apresentar todos os documentos exigidos para o início da obra, bem como tomar todas as providências necessárias para mobilizar a equipe que executará o objeto contratado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O prazo estabelecido neste Contrato somente poderá ser prorrogado, através de **Termo Aditivo**, mediante solicitação por escrito da **CONTRATADA**, devidamente aceita pelo **CONTRATANTE**, e nos seguintes casos:

- a) Alteração das especificações, pelo **CONTRATANTE**;
- b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere, fundamentalmente, as condições de execução do Contrato;
- c) Interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e no interesse do **CONTRATANTE**;
- d) Impedimento da execução do Contrato, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pelo **CONTRATANTE**, em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- e) Omissão ou atraso de providências a cargo do **CONTRATANTE**, inclusive quanto aos pagamentos previstos, de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Por se tratar de uma contratação com prazo contado em dias corridos, a **CONTRATADA** poderá trabalhar nos finais de semana e/ou feriados, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, cabendo apenas a agendamento prévio dos serviços diretamente com a gerência da unidade.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor total deste Contrato é de R\$(.....), o qual será pago pelo **CONTRATANTE**, calculadas em percentagens sobre o referido preço, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro da Obra, devidamente apresentado pela **CONTRATADA** e as medições mensais realizadas pelo Fiscal dos serviços;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O valor constante no *caput* desta Cláusula, que representa o somatório das parcelas, será pago pelo SESC/BA, em moeda corrente nacional, através de depósito na conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, após conclusão dos serviços de cada parcela e medição, bem como da entrega dos documentos solicitados neste Contrato e no Edital de Concorrência n.º 11/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O pagamento da Nota Fiscal referente aos valores devidos por conta da execução dos serviços, em parcelas mensais, será efetuado **em até 10 (dez) dias úteis**, após conferência e medição dos serviços pelo Fiscal da **CONTRATANTE**, conforme o Cronograma Físico-Financeiro e parecer de liberação do fiscal.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A primeira medição ocorrerá em **30 (trinta) dias corridos**, a partir do início dos serviços, sendo que as demais serão realizadas a cada **30 (trinta) dias**, conforme o Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUARTO

O pagamento à **CONTRATADA** ocorrerá havendo a execução a contento do objeto abrangido no Cronograma Físico Financeiro e na Nota Fiscal, conforme atestado por fiscal da execução ou quando a **CONTRATANTE**, a seu critério, optar por não efetuar qualquer retenção na data prevista para pagamento, ainda que haja em curso procedimento de aplicação de penalidade. Eventual declaração de execução de serviço “a contento” apenas atesta a conclusão aparente do serviço, mas não a qualidade e completude do mesmo, cuja verificação estará sujeita a ulterior análise do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUINTO

Na hipótese de constatar que foi lançado na Nota Fiscal valor correspondente a **serviços que não foram realizados** ou não o foi a contento, deverá(ão) o(s) Fiscal(is) notificar a **CONTRATADA** para que substitua a Nota e/ou repare a execução defeituosa ou ineficiente.

PARÁGRAFO SEXTO

Eventual pagamento da nota fiscal não implica aprovação ou aceite definitivo dos serviços pelo **CONTRATANTE** ou renúncia ao seu poder-dever de fiscalização dos serviços e, caso seja verificada infração contratual da **CONTRATADA** relacionada a serviços já pagos, poderá a **CONTRATANTE** aplicar a penalidade devida, desde que respeitado o contraditório.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Sem prejuízo da possibilidade de aplicação posterior de penalidade, caso o **CONTRATANTE** verifique, até a data prevista para pagamento, infração da **CONTRATADA** passível de penalidade, poderá reter montante equivalente à penalidade. A retenção aqui referida deverá ter equivalência com o valor da penalidade prevista neste contrato para a infração que se imputa à **CONTRATADA** e caso, ao final da apuração, seja constatada inoccorrência, o referido valor será devolvido da mesma forma aqui prevista para realização do pagamento. Na hipótese de confirmação da infração, a retenção se converterá em pagamento, podendo ou não ser acrescida de outras penalidades que venham a ser constatadas posteriormente.

PARÁGRAFO OITAVO

É vedada a negociação de faturas ou títulos de crédito com instituições financeiras.

PARÁGRAFO NONO

Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades deste Contrato, quaisquer que sejam, nem implicará em aprovação, total ou parcial, dos serviços executados.

PARÁGRAFO DÉCIMO

A retenção de ISS, quando couber, será feita pelo **CONTRATANTE**, por isso, nas localidades onde houver requisitos a serem observados na emissão da nota fiscal para viabilizar esta retenção, a **CONTRATADA** emissora deverá atendê-los.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo informado neste Contrato e na Proposta Comercial apresentada no procedimento licitatório, todavia, caso tenha sido emitida por filial com CNPJ distinto, deverá ser acompanhada das certidões e documentos que comprovem sua regularidade jurídica e fiscal.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Caso seja necessário abrir filial ou cadastro de inscrição provisória para emitir nota fiscal no local de prestação/entrega do objeto, o eventual custo deste procedimento **INDISPENSÁVEL** será de responsabilidade da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Os valores e informações da(s) Nota(s) Fiscal(is) deverão ser o(s) mesmo(s) consignado(s) no Contrato, e corresponderem aos serviços efetivamente prestados, caso contrário não será liberado o respectivo pagamento. Na hipótese de divergência entre a Proposta Comercial na Licitação, descrição do Contrato e descrição na Nota Fiscal, fica estabelecido o prazo de até **03 (três) dias úteis** para a **CONTRATADA** fazer a substituição da nota, a contar da notificação do fato, sem que isso implique em correção do valor.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

A devolução da Nota Fiscal e dos documentos que a integram, nos casos em que sejam verificados que estão em desacordo com o quanto estabelecido no Edital e no presente Contrato, não poderá ser utilizado como pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus funcionários ou a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

É obrigatória a apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, como condição de pagamento à **CONTRATADA**, para objetos com prestação em Salvador ou localidade onde tal documento/procedimento já tenha sido estabelecido.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

A **CONTRATADA** declara estar ciente de que sobre o valor do Contrato será realizado o recolhimento, na fonte, dos tributos municipais, estaduais e federais e/ou encargos sociais aplicáveis em observância à legislação, por isso, nas localidades onde houver requisitos específicos a serem observados na emissão da Nota Fiscal para viabilizar esta retenção, a **CONTRATADA** deverá atendê-los.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO

A Nota Fiscal deve ser emitida com o **CNPJ 03.591.002/0021-34** da Unidade requisitante onde ocorrerá a prestação dos serviços do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO

A instituição bancária, a agência e a conta corrente deverão estar indicados na Nota Fiscal/Fatura.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO

Do valor a ser pago pelo cumprimento das exigências constantes deste Contrato, será realizado o recolhimento, na fonte, de IR, COFINS e demais tributos municipais, estaduais e federais e/ou encargos sociais que incidirem em cumprimento à legislação em vigor.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO

O **CONTRATANTE** poderá exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, inclusive como condição de continuidade do contrato, comprovação de que mantém cumpridas as condições de habilitação e comprovação de regularidade no cumprimento de obrigações trabalhistas.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO

Caso a **CONTRATADA** venha a sofrer alteração das alíquotas tributárias a si aplicáveis ou venha a perder o enquadramento no SIMPLES não poderá repassar ao **CONTRATANTE** as diferenças de valores decorrentes desta(s) alteração(ões).

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO

Caso a **CONTRATADA** não mantenha as condições de habilitação, poderá o **CONTRATANTE** rescindir o contrato por descumprimento do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, aprovado pela Resolução SESC nº 1252/2012, resguardando o direito ao pagamento do quanto já cumprido.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO

Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades deste Contrato, quaisquer que sejam, nem implicará em aprovação, total ou parcial, dos objetos contratados.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO

O valor a ser pago pelo cumprimento das exigências constantes deste Contrato abrange mão de obra, equipamentos de segurança (EPI e EPC), frete, garantia, materiais, ferramentas, transporte, embalagens, alimentação, taxas, verbas trabalhistas, remuneração de profissionais envolvidos, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas necessárias a total execução do objeto, cabendo deduzir deste valor os tributos e encargos aplicáveis.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO

A critério do **CONTRATANTE** poderá ser descontado, do pagamento que a **CONTRATADA** fizer *jus*, o valor necessário para quitar débitos, decorrentes de penalidades que tenham sido regularmente aplicadas, bem como de salários ou quaisquer dívidas de natureza trabalhistas ou previdenciárias, dos funcionários alocados na prestação dos serviços contratados.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO

O **CONTRATANTE**, por ocasião dos pagamentos, exigirá da **CONTRATADA**, como condição de efetivação do depósito, a comprovação de regularidade no cumprimento de obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, ou outros documentos que tenham sido exigidos na fase de habilitação do certame.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO

Nenhum pagamento implicará em aprovação irrevogável do(s) respectivo(s) serviço(s) executado(s) pela **CONTRATADA**, nem o isentará de responsabilidade jurídica sobre vícios ocultos nos serviços prestados.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO

A **CONTRATADA** não poderá executar serviço em prol do **CONTRATANTE** que não esteja abrangido pelo objeto deste Contrato, salvo se tiver havido prévia autorização ou outra contratação autônoma em relação a este instrumento.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO

Por ocasião de cada faturamento, serão exigidas cópias dos comprovantes do pagamento de salários, transporte, alimentação, recolhimento do INSS, FGTS, PIS e outros encargos que digam respeito a todos os empregados na obra, relativos ao mês de competência.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO

As retenções contratuais não serão restituídas no caso de rescisão do Contrato por culpa da **CONTRATADA**, inclusive incapacidade ou comprometimento da qualidade dos serviços, que torne a obra inaceitável pelo **CONTRATANTE**, bem como estarão sujeitas a abatimento de quaisquer prejuízos a que der causa a **CONTRATADA**, de acordo com as penalidades contratuais.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO

Havendo erro na fatura, recusa de aceitação de serviços pelo **CONTRATANTE**, ou descumprimento das obrigações da **CONTRATADA** para com terceiros, decorrentes da obra, inclusive obrigações sociais ou trabalhistas, que possam prejudicar de alguma forma o **CONTRATANTE**, o pagamento será susinado para que a **CONTRATADA** tome as providências cabíveis.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO

Correrão por conta da **CONTRATADA** todos os ônus decorrentes das sustações.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

O **CONTRATANTE** reterá **5% (cinco por cento)** do valor de cada fatura, como garantia de execução ao contrato, conforme estabelecido no Edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O valor correspondente à garantia de execução será depositado em Caderneta de Poupança e devolvido pelo saldo que apresentar, quando assinado o “Termo de Recebimento Definitivo”, pelo Fiscal e mediante entrega do CND da execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor retido como garantia de execução será restituído à **CONTRATADA** por ocasião do recebimento definitivo dos serviços, após a verificação da existência de penalidades contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A devolução da garantia de execução ou o valor que dela restar, ocorrerá após o recebimento definitivo de todos os serviços previstos no objeto da presente contratação.

PARÁGRAFO QUARTO

A **CONTRATADA** perderá a garantia de execução quando:

- a) Da inadimplência das obrigações e/ou rescisão do presente Contrato;
- b) Do não recebimento provisório e/ou definitivo, e/ou não aceitação, pelo **CONTRATANTE**, do objeto contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** todas as despesas e providências que se tornarem necessárias à regularização do presente Contrato, sendo expressamente vedada a sua negociação com terceiros alheios a este Contrato, qualquer que seja a finalidade, exonerando o **CONTRATANTE** de quaisquer responsabilidades, mesmo em decorrência de caso fortuito ou força maior;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **CONTRATADA** se responsabiliza, também, e sem ônus para o **CONTRATANTE**, por registrar junto ao CREA a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART), constando a(s) indicação(ões) do(s) nome(s) do(s) responsável(eis) técnico(s) e do(s) engenheiro(s) encarregado(s) pela Coordenação direta dos serviços, **devendo apresentar o aludido documento em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do presente Contrato**, convindo mencionar que todo o registro deverá ocorrer de acordo com a forma disposta na legislação vigente. A execução da obra só iniciará após a apresentação da ART devidamente paga e assinada pelo profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A **CONTRATADA** se responsabiliza por toda a legalização da obra junto aos Órgãos Oficiais, às suas expensas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os equipamentos, assim como os materiais empregados para a execução das obras, serão considerados como garantia adicional do cumprimento das obrigações contratuais, não podendo ser retirados do local da obra sem prévia autorização do **CONTRATANTE**;

PARÁGRAFO QUARTO

A **CONTRATADA** compromete-se a prestar os serviços previstos neste Contrato, observando os padrões de qualidade e técnicas para objetos desta natureza, responsabilizando-se pela correção, sem ônus para o **CONTRATANTE**, de todos os erros, enganos ou omissões, cometidos pela **CONTRATADA**, que forem constatados na execução do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO

O transporte, a guarda e a manutenção de equipamentos e materiais são de exclusiva responsabilidade e ônus da **CONTRATADA**

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Sem prejuízo de outras obrigações inerentes à perfeita realização dos serviços objeto deste Contrato, constituem-se obrigações das partes os dispositivos a seguir, além das insertas no Edital de Licitação que ensejou a presente contratação:

PARÁGRAFO PRIMEIRO

São **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**:

- I. Realizar a execução dos serviços dos objetos contratados, bem como a prestação dos serviços, situado(s) no endereço informado na Cláusula Segunda deste Contrato, sob pena de, não o fazendo, responder administrativamente, sujeitando-se à aplicação das penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo de responder também ação judicial cabível;
- II. Garantir a quantidade, qualidade e adequação dos serviços a serem prestados por si;
- III. Executar os serviços de acordo com a Proposta apresentada nas especificações contidas no respectivo Edital e seus anexos, os quais reputam-se aqui literalmente transcritos;
- IV. Refazer o(s) serviço(s) e/ou substituir o(s) equipamento(s) que esteja(m) em desacordo com a Proposta apresentada ou com as especificações contidas neste Contrato e seus Anexos ou norma aplicável vigente ou que porventura apresente(m) imperfeições, em

- prazo não superior a **03 (três) dias úteis** da notificação, correndo por sua conta todas as despesas ou danos daí decorrentes;
- V.** Acatar as determinações do Gestor do contrato que poderá estabelecer a realização de serviços ou sustá-la, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- VI.** A execução da obra deverá ocorrer dentro do período do Cronograma Físico – Financeiro, em dias e horários predefinidos junto à gerência da Unidade, portanto a **CONTRATADA** deve levar em consideração o tempo de execução no seu orçamento, arcando inclusive com trabalhos noturnos em finais de semana e feriados; bem como as despesas decorrentes de trabalho em horário extraordinário ou noturno, sem que caiba remuneração adicional por estas razões;
- VII.** Responsabilizar-se por todo e qualquer encargo resultante da execução do objeto deste Contrato, inclusive os de natureza trabalhista, administrativa, previdenciária, fiscal e comercial, seja extrajudicialmente ou na hipótese de demanda judicial, não cabendo subsidiariedade ou solidariedade com o **CONTRATANTE**;
- VIII.** Ressarcir ao **CONTRATANTE** todas as despesas decorrentes de condenação sofrida pela Entidade, em ação judicial, de qualquer natureza, ou acordo extrajudicial, decorrente de inobservância de dispositivo legal, pela **CONTRATADA**, independentemente de ação de regresso ou similar;
- IX.** Responder objetivamente e integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, representantes e/ou subcontratados no curso da execução do contrato ou que resulte de execução indevida do objeto a que se obrigou, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- X.** Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de circulação e de execução dos serviços;
- a) Proceder à limpeza fina completa em toda a área da obra após a conclusão dos trabalhos;
- b) Arcar com todo o serviço e os custos de bota-fora e descarte de todos os materiais, referente a entulho, produtos excedentes e embalagens vazias, devendo conduzir esses materiais para local apropriado autorizado pela Prefeitura e de acordo com a legislação ambiental vigente;
- c) Realizar a retirada do entulho e bota-fora em dias e horários predefinidos junto à gerência da Unidade;
- XI.** Manter adimplidos e tempestivamente quitados quaisquer débitos trabalhistas e fiscais, bem como manter em dia todas as condições de habilitação exigidas neste edital, até a conclusão plena do objeto por si adjudicado, ciente de que os comprovantes poderão ser exigidos a qualquer tempo neste período;
- XII.** Fornecer, por sua conta, os materiais, insumos/suprimentos, mão-de-obra, matéria-prima, ferramentas, equipamentos, inclusive de EPI e EPC, transporte, seguro, fretes, taxas, e tudo que for aplicável aos objetos propostos, de qualquer natureza, direta ou indireta, que se faça indispensável à sua perfeita execução;

- XIII.** Registrar, sem ônus para o **CONTRATANTE**, o(s) profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços e dos projetos complementares, junto ao(s) respectivo(s) Conselho(s) de Registro Profissional, registrando a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT), na forma do disposto da legislação. Deve constar na ART o(s) nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s) e do(s) profissional(is) encarregado(s) pela coordenação direta dos serviços;
- XIV.** Enviar ao **CONTRATANTE** comprovação do registro do serviço no **CREA ou CAU** até **10 (dez) dias corridos após a assinatura deste Contrato**;
- a)** Em se tratando de pessoa jurídica e/ou profissional registrado em outro Estado, enviar a comprovação do visto no **CREA ou CAU BA** de acordo com o artigo art. 58 da lei 5.194 de 24/12/1966, no mesmo prazo previsto no **inciso XIV**;
- XV.** Manter, em seu quadro, profissional de formação acadêmica que o qualifique, inclusive junto ao **CREA ou CAU**, para atuar como responsável técnico pelo serviço contratado, o qual deverá comparecer a reuniões ou visitas técnicas, sempre que convocado para tal, pelo **CONTRATANTE**;
- XVI.** Manter atualizado e regular o seu registro junto ao **CREA ou CAU** e a fiscalização do cumprimento de normas de segurança do trabalho;
- XVII.** Possibilitar ao **CONTRATANTE** a fiscalização da execução do objeto contratado, o que não diminui ou substitui a responsabilidade da **CONTRATADA** decorrente das obrigações aqui assumidas;
- XVIII.** Apresentar sua equipe de trabalho uniformizada, calçada e com crachá de identificação, sem o que os trabalhadores não terão acesso às dependências do **CONTRATANTE**;
- XIX.** Responsabilizar-se exclusivamente por todos os ônus referentes à mão de obra de execução de serviços;
- XX.** Comunicar ao **CONTRATANTE** qualquer fato atípico ou indevido que possa interferir no bom andamento e êxito dos serviços objeto do presente Contrato seja decorrente de bem ou de conduta de pessoal/equipe da **CONTRATADA**;
- XXI.** Poderá o Sesc solicitar, na data da assinatura deste Contrato, e sempre que houver alteração, a relação nominal com os dados pessoais (nome completo, filiação, data de nascimento, RG, CPF) dos profissionais que executarão os serviços, bem como o registro desses empregados ou cópia do contrato de prestação de serviço dos mesmos, como condição para realizar a obra;
- XXII.** Substituir o(s) empregado(s), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, por outro(s) de qualificação igual ou superior, sem ônus para a **CONTRATANTE**, nos seguintes casos:
- a)** Falta justificada ou injustificada;
- b)** Afastamento definitivo da empresa;
- c)** Licença e/ou atestado médico;
- d)** Gozo de férias, devendo, neste caso, o profissional substituto ser apresentado ao Gestor do Contrato, no mínimo, com 10 dias úteis de antecedência;

- e) Solicitação do Gestor do Contrato em razão de conduta inconveniente ou incapacidade técnica;
- XXIII.** Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução do objeto deste Contrato, sem ônus adicionais para o **CONTRATANTE** e seus funcionários/beneficiários, desde que de responsabilidade da **CONTRATADA**;
- XXIV.** A **CONTRATADA** deverá efetuar uma minuciosa inspeção em toda a área envolvida no projeto, observando as condições para execução dos serviços e a compatibilização de seus elementos com as estruturas e instalações existentes;
- XXV.** Fornecer nota fiscal na forma prevista neste Instrumento, para viabilizar o adequado pagamento, com atenção dos encargos tributários aplicáveis;
- XXVI.** Adotar todas as providências necessárias visando à segurança de transeuntes, assim como de todo pessoal envolvido com os serviços, sendo de sua responsabilidade a implantação de procedimentos de segurança, a execução de proteções, bem como o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério da Economia;
- XXVII.** Dar ciência, imediata, ao **CONTRATANTE** de toda e qualquer anormalidade que se verificar na execução dos serviços contratados, sob pena de suportar prejuízos e responder por perdas e danos decorrentes da mesma;
- XXVIII.** Executar os serviços que compõem o objeto deste Contrato, no tocante às questões de segurança e saúde no trabalho, em absoluta conformidade com Portarias e Normas Regulamentadoras (NR) estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ciente de que qualquer autuação do **CONTRATANTE**, neste sentido, implicará em dedução do valor da penalidade ao valor a ser por si recebido, sem prejuízo de penalidade contratual que poderá ser aplicada cumulativamente. Caberá à **CONTRATADA**, o cumprimento das disposições contidas na NR-18 e 35, no tocante a realização de procedimentos e o emprego de equipamentos de segurança individual e coletiva;
- XXIX.** Providenciar e manter, no local da obra, um **Livro Diário de Obra**, onde serão lançadas todas as ocorrências e fatos dignos de registro, tais como os serviços realizados, o efetivo diário, condições climáticas e, especialmente, as datas do início da obra e do término de cada etapa de serviço; o livro será assinado pelo engenheiro residente (seu representante da **CONTRATADA** na obra e encarregado da coordenação direta dos serviços) e pela Fiscalização do **CONTRATANTE**;
- XXX.** Responsabilizar-se exclusivamente e por todos os ônus referentes à reconstituição e reposição de quaisquer elementos que compõem a estrutura física da unidade, porventura danificados em decorrência dos trabalhos;
- XXXI.** Proteger as passagens indicadas ao acesso de pedestres e providenciar a sinalização e isolamento da área objetivando o disciplinamento da circulação de pessoas e material durante o período da obra e a segurança dos usuários da unidade, clientes e todo pessoal envolvido com os serviços, bem como as instalações físicas da edificação;
- XXXII.** Ressarcir ao **CONTRATANTE** os prejuízos que decorrerem de falha nos serviços prestados;

- XXXIII.**Fornecer, por sua conta, os materiais necessários, serviços, ferramentas, máquinas, andaimes, aparelhamento, equipamentos e transportes, indispensáveis ao alcance do objeto do presente Contrato, bem como toda a mão de obra necessária à sua perfeita execução;
- XXXIV.**Responsabilizar-se pelo transporte dos equipamentos e materiais, bem como pela sua guarda e manutenção;
- XXXV.**Submeter ao **CONTRATANTE**, previamente e por escrito, qualquer mudança de responsabilidade técnica dos serviços para aprovação, ressaltando-se que o substituto deverá ter, no mínimo, a mesma qualificação técnica exigida inicialmente no Edital, comprovada através de Certidão de Acervo Técnico, emitida pelo respectivo Conselho de Registro Profissional e registro regular perante o **CREA/BA** ou **CAU/BA**;
- XXXVI.**Responsabilizar-se, totalmente e às suas expensas, **exceto quanto ao pagamento do DAM**, pela legalização dos serviços, objeto do presente Contrato, junto à Prefeitura do município, providenciando, a alteração do responsável técnico pela execução da obra;
- XXXVII.**Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obriga, pronta e imediatamente, a atender;
- XXXVIII.**Informar ao **CONTRATANTE** sempre que houver alteração de endereço comercial, telefone, e-mail e/ou site;
- XXXIX.**Atender às normas da **ABNT** e demais normas técnicas aplicáveis ao objeto;
- XL.**Incluir, nos preços unitários contratuais, todos os custos diretos e indiretos, fretes, despesas relativas à pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o Contrato, a exemplo de salários, horas extras, encargos sociais e trabalhistas, encargos previdenciários e de acidentes de trabalho, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, vale transporte, equipamentos de proteção individual e coletivo, tributos, seguros, taxas e serviços, autorizações, alvarás e licenças em repartições públicas, habite-se, inclusive, aprovação da obra junto ao Corpo de bombeiros, registros, autenticações do Contrato, depreciações, incidências e taxas de reincidências, ferramentas individuais, bem como todos adicionais de insalubridade/periculosidade, regulamentos em Lei e Convenção Coletiva de Trabalho, que venham a incidir sobre os serviços;
- XLI.**Registro do Técnico de Segurança do Trabalho responsável pelo acompanhamento dos serviços, sendo este responsável pela elaboração da APR junto à **CONTRATADA**;
- XLII.**A **CONTRATADA** executará estrutura completa e independente para o canteiro de obras (tapumes, escritórios, depósitos, refeitório, etc.), devendo providenciar, ainda, vigilância, sinalização e isolamento da área da obra, com tapumes devidamente pintados, objetivando disciplinar a circulação de pessoas e material, durante o período da obra, além da separação entre obra e a unidade existente;
- XLIII.**Os pontos de ligações de energia, telefonia e água para execução dos serviços deverão sem ônus para o **CONTRATANTE**, serem providenciados pela **CONTRATADA**, cabendo também arcar com as despesas decorrentes destas instalações, durante o período da obra até a sua entrega provisória; As extensões e ramais necessários, também correrão por conta da **CONTRATADA**;

- XLIV.** Ao enviar a Nota Fiscal correspondente a **1ª medição**, apresentar à Fiscalização de Obra, cópia do Registro Funcional dos funcionários, cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) específico para função, Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil, em atendimento às normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente, compatível com o Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil elaborado pelos órgãos Municipal, Estadual ou Federal, Plano de Atendimento à Emergências, Registro do SESMT; **os demais documentos citados a seguir devem estar à disposição da fiscalização local a qualquer tempo: PPRA (Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais), PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria) e PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional);**
- XLV.** A **CONTRATADA** deverá atender as disposições contidas no Decreto-Lei n.º 5.452/43 e a Lei n.º 6.514/77 e disponibilizar sempre que solicitado pela **CONTRATANTE** documentos e registros em atendimento às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- XLVI.** A **CONTRATADA** deverá atender a Portaria n.º 3.214/78, suas Normas Regulamentadoras – NR’s (NR1 a NR36), conforme aplicabilidade e em especial a NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) e legislação complementar aplicável;
- XLVII.** Disponibilizar sempre que solicitado, pela **CONTRATANTE**, Comprovante de Treinamento para atividades conforme Normas Regulamentadoras (**NR 10, NR11, NR12, NR18 e NR 35 entre outras**), Comprovante de Treinamento de Integração, Fichas de Recibo de EPI’S dos funcionários e seus respectivos Certificados de Aprovação e outros conforme necessidade;
- XLVIII.** Utilizar produtos e subprodutos de madeira de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal, aprovados por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do presente Contrato poderá acarretar sanções administrativas e contratuais, sem prejuízo das implicações de ordem legais eventualmente cabíveis. Para tanto, deverá anexar, junto às respectivas Notas Fiscais, atinentes às medições aprovadas pelo fiscal, a certificação necessária à sua comprovação;
- XLIX.** Arcar, desde o início dos serviços, por sua conta e risco exclusivos, independentemente de caso fortuito ou força maior, as consequências de:
- a) Sua negligência, imperícia ou imprudência;
 - b) Falta de solidez nos trabalhos, encontrada mesmo após o término do Contrato;
 - c) Imperfeição ou insegurança das instalações;
 - d) Infrações relativas ao direito de propriedade industrial;
 - e) Furto, perda, roubo, deterioração ou avaria de materiais ou equipamentos usados na execução dos serviços;
 - f) Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros;

g) Acidentes de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, nos serviços ou em decorrência dele.

L.A mudança de responsabilidade técnica dos serviços será previamente submetida, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para aprovação e deverá ter, no mínimo, qualificação técnica **equivalente ou superior** à do substituído, comprovada através de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo respectivo Registro no Conselho Regional da Categoria Profissional;

LI. Será da **CONTRATADA**, e às suas expensas, toda a responsabilidade pela legalização dos serviços objeto do presente Contrato junto aos Órgãos Oficiais, providenciando, junto aos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, a aprovação de todos os componentes do projeto ou detalhamento apresentado em sua Proposta, sendo que o atendimento de qualquer exigência que implique em sua modificação deverá ser precedido de autorização por escrito do **CONTRATANTE**;

LII. Qualquer alteração das disposições e especificações constantes dos documentos mencionados nesta Cláusula, somente será executada depois de comunicada, por escrito, ao Fiscal da **CONTRATANTE** e aprovada pelo fiscal, sendo que, em qualquer caso, a **CONTRATADA** responderá pela solidez e durabilidade das inovações.

PARÁGRAFO SEGUNDO

São **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

- I. Prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados, de modo a viabilizar a execução do serviço contratado da forma mais perfeita e eficiente possível;
- II. Designar representante que possa aferir se o objeto foi cumprido a contento, bem como para fiscalizar o andamento do serviço prestado pela **CONTRATADA**, notificando, por escrito, quaisquer problemas ou irregularidades encontradas e, inclusive, sugerindo aplicação de penalidade;
- III. Efetuar os pagamentos dentro do prazo estipulados no *Parágrafo Segundo da Cláusula Quarta* deste Contrato, desde que cumpridas às exigências ali constantes;
- IV. Fiscalizar o bom andamento do serviço prestado pela **CONTRATADA**, notificando, imediatamente e por escrito, quaisquer problemas ou irregularidades encontradas;
- V. Fornecer atestado de capacidade técnica, quando solicitado, à **CONTRATADA** que tiver cumprido plenamente as obrigações contratuais no modelo em que foi requerido para comprovação de capacidade técnica;
 - a) Caso ocorra alguma falha na execução do serviço contratado ou em alguma obrigação conexa, o **CONTRATANTE** poderá emitir o atestado de capacidade técnica com ressalvas, inclusive especificando-as.
- VI. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações técnicas constante deste Contrato e Anexos e, nesta hipótese, solicitar que o serviço seja refeito, resultando disso o reinício da contagem do prazo para realização do pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Quaisquer alterações nas especificações do objeto do presente Contrato somente serão executadas depois de comunicadas, por escrito, ao **CONTRATANTE** e após celebração de

aditivo específico, sendo que, em qualquer caso, a **CONTRATADA** responderá pela solidez e durabilidade das inovações.

PARÁGRAFO QUARTO

O **CONTRATANTE** não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência ou cessão de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras pessoas físicas ou jurídicas, ainda que sejam suas representantes, franqueadas ou mantenham com a mesma qualquer outro tipo de vínculo.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS NO MESMO LOCAL

O **CONTRATANTE** se reserva ao direito de contratar com outras empresas a execução de serviços diversos, não abrangidos por este Contrato, para execução no mesmo local, durante a vigência deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Na hipótese descrita no dispositivo anterior, a **CONTRATADA** não poderá opor quaisquer dificuldades à introdução de materiais no local da execução de serviços.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O fiscal designado pela **CONTRATANTE**, fica investido de amplos poderes para fiscalizar a prestação dos serviços, exigir da **CONTRATADA** o fiel e exato cumprimento deste Contrato, entrar na posse imediata do local da prestação dos serviços, por ocasião da rescisão deste, prosseguir na sua execução e praticar os atos que forem necessários, devendo o local ser franqueado, a qualquer dia e hora, ao acesso do fiscal do **CONTRATANTE**, que exercerá a ação fiscalizadora de modo sistemático, de maneira a fazer cumprir, rigorosamente, os prazos, condições e qualificações previstas no Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A adequação da obrigação executada pela **CONTRATADA** às especificações do Edital, seus Anexos e deste contrato, será analisada, **mensalmente**, pelo(s) Fiscal(is) designado(s) pelo **CONTRATANTE**, antes de declarar se houve cumprimento “a contento” e lançar tal informação na nota fiscal recebida.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A **CONTRATADA** dará ciência imediata ao(s) Fiscal(is) nomeado(s) pelo **CONTRATANTE** de toda e qualquer anormalidade ou evento inesperado que se verificar na execução do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A ação fiscalizadora será exercida, de modo sistemático, pelo Fiscal nomeado, de maneira a fazer cumprir rigorosamente os prazos, condições e qualificações previstas neste Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO

A Fiscalização da **CONTRATANTE**, a bem dos serviços, poderá recusar os materiais e/ou serviços que estejam em desacordo com as especificações contidas na Proposta Comercial, ordenando a sua imediata remoção, bem como o afastamento de qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO

O **CONTRATANTE** poderá rejeitar serviços e instalações que não correspondam às condições pactuadas, cumprindo à **CONTRATADA** refazê-los dentro de 48 (quarenta e oito)

horas da notificação que, para tanto, lhe for feita, correndo, por sua conta, todas as despesas e consequências daí decorrentes.

PARÁGRAFO SEXTO

A **CONTRATADA** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**, a cujas reclamações se obriga a atender, pronta, irrestritamente e por escrito, a fim de apuração de responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

O **CONTRATANTE** só aceitará os serviços que estiverem de acordo com as especificações referidas neste Contrato e seus Anexos, depois de terem sido considerados em perfeita ordem pela Assessoria de Engenharia do **CONTRATANTE**. Além disso, os serviços e/ou materiais que não apresentarem condições de aceitabilidade serão rejeitados, cabendo à **CONTRATADA** todos os ônus decorrentes da rejeição, inclusive quanto ao prazo e despesas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O Termo de Recebimento Provisório será firmado após vistoria da Fiscalização do **CONTRATANTE**, se nas datas previstas no cronograma físico-financeiro, os serviços executados estiverem em condições de serem aceitos provisoriamente pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Termo de Recebimento Definitivo será firmado até 90(noventa) dias úteis do Recebimento Provisório, após nova vistoria do fiscal do **CONTRATANTE**. Se os serviços executados estiverem em condições de serem aceitos definitivamente pelo **CONTRATANTE**, mediante a entrega do CND da obra, e nesse momento, será feita a devolução das retenções pelo **CONTRATANTE**, pelo saldo que apresentarem.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Na hipótese de o prazo, referido no parágrafo anterior, não ser cumprido pela **CONTRATADA**, à mesma arcará com todas as despesas decorrentes da manutenção do contrato, inclusive do Engenheiro Fiscal do **CONTRATANTE**, bem como de todas as despesas decorrentes de novas visitas do fiscal, designada para acompanhar os serviços.

PARÁGRAFO QUARTO

Desde o recebimento provisório, o **CONTRATANTE** entrará na posse plena das obras.

PARÁGRAFO QUINTO

O recebimento definitivo dos serviços, por parte do **CONTRATANTE**, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades decorrentes das disposições constantes no Edital **Concorrência n.º 11/2021**, no Regulamento de Licitações e Contratos do SESC e na legislação pertinente.

PARÁGRAFO SEXTO

Os serviços extraordinários serão orçados segundo os preços unitários constantes da proposta de preços. Caso não tenham correspondentes na planilha inicial, os preços unitários serão os da época da licitação, tendo como referência os valores do **SINAPI/ORSE, SINAPI** data base **JUNHO/2021; ORSE- ABRIL/2021** com desoneração, sempre dependentes de justificativas e aprovação prévia do fiscal e pela autoridade competente do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO

No caso de execução de serviços imperfeitos, em desacordo com as especificações, ou na hipótese de inadimplemento de qualquer obrigação contratual, o **CONTRATANTE** poderá rescindir o Contrato com perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do presente contrato se encerrará **90 (noventa) dias** após a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo da obra**, sem a necessidade de aviso prévio ou termo escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ASSUNÇÃO DOS RISCOS POR PARTE DA CONTRATADA

Do início da obra até seu recebimento definitivo pelo **CONTRATANTE**, correrão, por conta e risco exclusivos da **CONTRATADA**, independentemente de caso fortuito ou força maior, as consequências de:

- a) Sua negligência, imperícia ou imprudência;
- b) Falta de solidez nos trabalhos, encontrada mesmo após o término do Contrato, conforme art. 618, do Código Civil Brasileiro;
- c) Imperfeição ou insegurança das instalações;
- d) Infrações relativas ao direito de propriedade industrial;
- e) Furto, perda, roubo, deterioração ou avaria de materiais ou equipamentos usados na execução dos serviços;
- f) Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros e subcontratados;
- g) Acidentes de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, nos serviços ou em decorrência dele.

PARÁGRAFO ÚNICO

A **CONTRATADA** responderá, única e exclusivamente, perante o **CONTRATANTE**, pelos serviços por ela subcontratados com terceiros

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

A **CONTRATADA** poderá subcontratar parcialmente serviços no limite de até **30% (trinta por cento)** do valor do presente Contrato, ficando responsável pelas obrigações com a Previdência Social, PIS, FGTS, dívidas trabalhistas, e demais tributos ou encargos sociais, decorrentes dessa contratação, tanto de seus funcionários quanto das subcontratadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **CONTRATADA** responderá, única e exclusivamente, perante o **CONTRATANTE**, pelos serviços por ela subcontratados com terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Para serviços técnicos subcontratados deverão ser apresentados os respectivos registros no **CREA ou CAU**, acompanhada de **ART ou RRT** (Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico da empresa subcontratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A **CONTRATADA NÃO** poderá subcontratar serviços com empresa que tenha participado deste procedimento licitatório que originou o presente Instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO

A Contratada não poderá subcontratar nem transferir o presente Contrato a terceiros, sem o consentimento prévio do Contratante e sob nenhuma hipótese será permitida a subcontratação total do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO

A realização de subcontratação deverá possuir a anuência expressa do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA apresentar a documentação de regularidade fiscal da(s) empresa(s) que será(ão) subcontratada(s) no decorrer da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição deste Contrato importará na sua rescisão, imediatamente e sem qualquer aviso extrajudicial, nos seguintes casos:

- I Falência ou dissolução da **CONTRATADA**.
- II A **CONTRATADA** atrasar, injustificadamente, o início da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**.
- III Superveniente incapacidade técnica, devidamente comprovada, da **CONTRATADA**.
- IV A **CONTRATADA** não recolher, dentro do prazo determinado, as multas que lhe forem impostas por Órgãos Oficiais, em decorrência da execução do objeto do presente Contrato.
- V Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, por parte da **CONTRATADA**, caracterizando o inadimplemento parcial ou total das obrigações.
- VI Alteração Social e a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa **CONTRATADA**, que prejudique a execução deste Contrato.
- VII Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada, impeditiva da execução do presente Contrato.
- VIII A **CONTRATADA** transferir o Contrato a terceiros, no todo ou em parte, salvo nas hipóteses de fusão, cisão ou incorporação, desde que sejam mantidas todas as condições de habilitação exigidas no certame que deu origem ao presente instrumento contratual, bem como que não haja nenhum prejuízo a fiel execução do objeto contratado.
- IX A **CONTRATADA** se negar a readequar o serviço realizado em desacordo com o que foi apresentado em sua Proposta, nas normas e nas especificações gerais e particulares de natureza contratual, no prazo estabelecido neste Contrato.
- X A **CONTRATADA** atrasar, injustificadamente, a conclusão dos serviços por mais de **30 (trinta) dias consecutivos**.
- XI Por homologação de novo processo licitatório, cujo objeto provoque a necessidade de rescisão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **CONTRATADA** assume exclusiva responsabilidade por todos os prejuízos que a rescisão, por sua culpa, acarretar ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a **CONTRATADA** não mantenha as condições de habilitação e qualificação, poderá o **CONTRATANTE** rescindir o contrato sem ônus por descumprimento do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A aparelhagem só será devolvida se não for aconselhável, a critério do **CONTRATANTE**, sua retenção como garantia de quaisquer obrigações da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUARTO

A **CONTRATADA** assume exclusiva responsabilidade por todos os prejuízos que a rescisão, por sua culpa, acarretar ao **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUINTO

Havendo litígio judicial, a fim de que os serviços não sejam paralisados, a **CONTRATADA**, desde já, autoriza o **CONTRATANTE** a prosseguir com a execução dos serviços, quer seja por conta própria, quer por intermédio de terceiros, não cabendo, neste caso, qualquer indenização à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO

O presente Contrato poderá ser rescindido por mútuo consenso, atendida a conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**, sem ônus para ambas as partes, mediante termo próprio de medição rescisória, recebendo a **CONTRATADA** o valor dos serviços já executados e dos materiais postos na obra.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

A recusa injustificada da **CONTRATADA** em cumprir as obrigações e os prazos e obrigações fixados neste Contrato e no Instrumento Convocatório caracterizará descumprimento da obrigação assumida e acarretará à **CONTRATADA** a perda dos direitos decorrentes desta contratação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A inexecução total ou parcial injustificada, a execução deficiente, irregular ou inadequada do objeto Contratado, assim como o descumprimento dos prazos e condições estipulados, além do cancelamento deste Contrato, sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades abaixo mencionadas:

- I Advertência em caso de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;
- II Multa de **5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor total do Contrato, na hipótese de descumprimento total das obrigações assumidas;
- III Multa de **3% (três por cento)**, calculada sobre a etapa inadimplida, em caso de descumprimento parcial ou execução deficiente, irregular ou inadequada, mas com proveito incontroverso para o SESC/BA;
- IV Multa de **0,03% (três centésimos por cento) do valor da etapa**, por dia de atraso nos prazos de conclusão previstos para as respectivas parcelas do Cronograma Físico-Financeiro da Obra;

- V** Multa de **0,01% (um centésimo por cento) do valor total do Contrato**, por dia de atraso, pela não entrega da obra, com as licenças devidas e o Termo de Recebimento Provisório pelo Fiscal da Obra, no prazo para execução final, estipulado na Cláusula Segunda do presente contrato de empreitada global;
- VI** Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação do Seguro de Responsabilidade Civil, do Seguro de Riscos de Engenharia ou da Anotação de Responsabilidade Técnica perante o CREA/BA ou CAU/BA, aplicar-se-á multa 50% do valor do salário-mínimo vigente por evento por evento, de modo que o atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará o **CONTRATANTE** a promover a rescisão do contrato;
- VII** Perda do direito de restituição da garantia de execução da Obra;
- VIII** Suspensão do direito de licitar ou contratar com o **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 02(dois) anos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A aplicação das penalidades previstas neste Contrato será fundamentada por decisão da Autoridade Competente, assegurados o Contraditório e a Ampla Defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O(s) valor(es) da(s) multa(s), eventualmente aplicado(s), será(ão) corrigido(s) monetariamente, com a incidência de juros legais, consoante o art. 406 do Código Civil.

PARÁGRAFO QUARTO

Os valores correspondentes às multas de que tratam os incisos anteriores serão descontados do pagamento a que a **CONTRATADA** fizer *jus* ou deverão ser recolhidos diretamente na Tesouraria do **CONTRATANTE**, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da comunicação da penalidade aplicada, ou, ainda, quando for o caso, poderão ser cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO

É facultado ao **CONTRATANTE** exigir, ainda, da **CONTRATADA** que não cumprir as obrigações assumidas, o ressarcimento das perdas e danos, nos termos do artigo 389, do Código Civil, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato, no Regulamento de Licitações e Contratos do SESC e na legislação vigente aplicável ao caso concreto.

PARÁGRAFO SEXTO

As penalidades previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de quaisquer outras medidas cabíveis, em âmbito judicial e extrajudicial.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

PARÁGRAFO OITAVO

A apuração ou abertura do procedimento para aplicação de penalidade se iniciará através de notificação do Fiscal ou preposto do **CONTRATANTE** informando falha ou omissão verificada e prazo para resposta, após o que será encaminhada à Presidência do Conselho Regional do SESC/BA para deliberação.

PARÁGRAFO NONO

A **CONTRATADA** também fica sujeita a penalidade de suspensão do direito de licitar caso tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Entidade em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO DÉCIMO

A notificação de fato motivador de aplicação ou apuração de penalidade interromperá o prazo de **30 (trinta) dias** para pagamento, que será reiniciado após a deliberação final da Autoridade Competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O total do valor das multas aplicadas, isoladas ou cumulativamente, não excederá o valor da obrigação principal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Este Contrato poderá ser alterado, por meio de **Termo Aditivo**, se necessário ao perfeito desempenho do objeto deste instrumento que, para ter eficácia, deverá ser assinado por ambas às partes.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Contrato, decorrente desta Licitação, naquilo que for possível, poderá ser aditado, em até **50% (cinquenta por cento)** do valor inicial atualizado, nas hipóteses de complementação ou acréscimo que se fizerem necessário, conforme art. 30 do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC/BA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ASSINATURA DO CONTRATO

Para que a **CONTRATANTE** autorize o início imediato da obra, a empresa **CONTRATADA** deverá apresentar em até **10 (dez) dias corridos**, após a assinatura do Contrato, os seguintes documentos:

- a) Apólice de Seguro Contra Riscos de Engenharia e Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, para todo o período de execução dos serviços, tendo por base o valor total dos serviços Contratados;
- b) Entregar ao **CONTRATANTE** comprovação do Registro do Serviço no CREA ou CAU, sendo a empresa **CONTRATADA** de outro Estado e, conseqüentemente inscrita no CREA de origem, deverá apresentar prova do visto ou registro da Empresa, como Pessoa Jurídica, junto ao CREA/BA ou CAU/BA, por força do disposto na Lei nº. 5.194, de 24/12/66, no mesmo prazo previsto no inciso XI;
- c) Da mesma forma, sendo o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços, de outro Estado e, conseqüentemente inscrito no CREA ou CAU de origem, deverá(ão) apresentar na assinatura do contrato, como condição, prova do visto ou registro junto ao CREA/BA OU CAU/BA;
- d) Registrar, sem ônus para o **CONTRATANTE**, o(s) profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços, junto ao respectivo Conselho de Registro Profissional (CREA OU CAU), registrando a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), na forma do disposto da legislação. Deve constar na ART/RRT o(s) nome(s) do(s)

responsável (is) técnico(s) e do(s) profissional(is) encarregado(s) pela coordenação direta dos serviços;

PARÁGRAFO ÚNICO

A **CONTRATADA** deverá fornecer ao **CONTRATANTE** a composição de custos unitários, apresentando, de forma discriminada, as parcelas do custo unitário, referentes à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços. A planilha de preços unitários deverá ser devidamente assinada pelo Responsável Técnico pelo serviço, devendo ser entregue em até **10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato**, sob pena de não recebimento da parcela, até a regularização da obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO REAJUSTE

Decorrido 01 ano da apresentação da proposta, o saldo remanescente do contrato será reajustado pelo INCC – COLUNA 35 - Índice Nacional da Construção Civil, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, tendo como data-base para efeito do cálculo a data de apresentação da proposta, permanecendo os mesmos inalterados por mais 01 (um) ano.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para obtenção dos valores atualizados, será aplicada a seguinte fórmula de reajuste:

$$R = [(li - lo) / lo] \times V$$

Onde:

R = valor do reajustamento

li = Índice de preços do mês anterior aniversário da proposta (INCC – COLUNA 35 - FGV)

lo = Índice de preços do mês anterior apresentação da proposta (INCC – COLUNA 35 - FGV)

V = Valor da Fatura aprovada.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A prestação dos serviços contratados não constituirá relação de emprego entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, seus funcionários ou terceiros que venham ser utilizados para a execução dos serviços, respondendo, exclusivamente, esta última por toda e qualquer responsabilidade civil, criminal, trabalhista, tributária, ou outra qualquer, decorrente da execução dos serviços contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No ato da execução do(s) serviço(s), serão de exclusiva e integral responsabilidade da **CONTRATADA**, os danos e os prejuízos decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência de seus representantes, prepostos e/ou sócios, bem como dos atos dolosos dos mesmos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A execução da obra contratada não será constitutiva de relação empregatícia do **CONTRATANTE** com a **CONTRATADA**, nem com terceiros que este venha a utilizar para a execução dos serviços, respondendo, exclusivamente, a **CONTRATADA** por toda e qualquer responsabilidade decorrente da aludida execução, especialmente civil, criminal, trabalhista e tributária;

PARÁGRAFO TERCEIRO

A **CONTRATADA** compromete-se a prestar os serviços previstos neste Contrato, observando os padrões de qualidade e técnicas para serviços desta natureza, responsabilizando-se pela correção, sem ônus para o **CONTRATANTE**, de todos os erros, enganos ou omissões, cometidos pela **CONTRATADA**, que forem constatados nos serviços executados.

PARÁGRAFO QUARTO

A **CONTRATADA** deverá providenciar, às suas custas, o Seguro de Responsabilidade Civil, assim como o Seguro Contra riscos de engenharia, inclusive respondendo pelo que exceder à cobertura dada pela Seguradora, não cabendo ao **CONTRATANTE** qualquer obrigação decorrente de riscos da espécie.

PARÁGRAFO QUINTO

Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro na obra, de modo a atingir trabalhos a cargo da **CONTRATADA**, terá esta, independentemente da cobertura dada pela Seguradora, que refazer os serviços atingidos pelo sinistro, sem solução de continuidade da obra, por prazo que venha a ser acordado com o **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEXTO

No ato da execução do(s) serviço(s) será(ão) de exclusiva e integral responsabilidade da **CONTRATADA**, os danos e os prejuízos decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência de seus representantes, prepostos e/ou sócios, bem como dos atos dolosos dos mesmos.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A **CONTRATADA** manterá, na obra, um Livro Diário de Obra, onde serão lançadas todas as ocorrências e fatos dignos de registro, tais como os serviços realizados, o efetivo diário, condições climáticas e, especialmente, as datas do início da obra e do término de cada etapa de serviço. O livro será rubricado pela Fiscalização do **CONTRATANTE** e por um representante da **CONTRATADA** na obra.

PARÁGRAFO OITAVO

Serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** todas as despesas e providências que se tornarem necessárias à regularização do presente Contrato, sendo expressamente vedada a sua negociação com terceiros alheios a este instrumento, qualquer que seja a finalidade.

PARÁGRAFO NONO

O **CONTRATANTE** só aceitará os materiais e serviços objeto deste contrato que estiverem de acordo com as especificações referidas no **descritivo Anexo I do Edital** e na Cláusula Primeira deste Contrato, depois de terem sido considerados em perfeita ordem, rejeitando aqueles que não apresentarem condições de aceitabilidade, cabendo à **CONTRATADA** todos os ônus decorrentes da rejeição, inclusive quanto ao prazo, despesas e refazimento do serviço.

PARÁGRAFO DÉCIMO

A **CONTRATANTE** poderá solicitar a **CONTRATADA** à relação de empregados, prestadores de serviço e/ou autônomos por si contratados que venham ser designados a executar o objeto deste Contrato, bem como comprovar a espécie de vínculo que mantém com os mesmos (através de cópia da CTPS ou de Contrato de Prestação de Serviços).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

Na hipótese de ocorrência de qualquer causa ou fato inteiramente alheio à vontade das partes, que venha a se configurar como caso fortuito ou força maior, poderão os Contratantes, de comum acordo e por escrito, dilatar o prazo para a execução dos serviços, reformulando, neste caso, o período especificado na Cláusula Oitava, fixando novos prazos para pagamento e demais efeitos decorrentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

A **CONTRATADA** assume exclusivamente a responsabilidade por danos que seus empregados, prestadores de serviço e autônomos por si contratados, venham a causar ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, no exercício do objeto e cumprimento de obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Toda e qualquer tolerância quanto a eventual descumprimento ou cumprimento irregular de obrigação contratual por qualquer das partes não implicará em novação ou alteração das disposições ora pactuadas, mas tão somente mera liberalidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Salvador/BA para toda e qualquer postulação decorrente do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 testemunhas, também abaixo firmado, para que se produza o jurídico e legal efeito.

Salvador, _____ de _____ de 2021.

CONTRATANTE
TESTEMUNHAS:

CONTRATADA

ANEXO VII
CONCORRÊNCIA Nº 11/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DE CENOTECNIA DA UNIDADE TEATRO SESC CASA DO COMÉRCIO DERALDO MOTTA, CONFORME PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS ACOSTADOS AO PRESENTE EDITAL.

REGULAMENTO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS POR OPERADORES

1 - DO OBJETO

- 1.1** Na medida em que uma Parte trate dados pessoais durante e para a execução do instrumento, seja como Controladora ou Operadora, ela se obriga a realizar tal atividade de acordo com as exigências legais aplicáveis especialmente, mas sem se limitar, a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014), seu decreto regulamentador (Decreto nº 8.771/2016), a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018), e suas eventuais alterações, regulamentações ou substituições posteriores.
- 1.2** Constitui objeto do presente estabelecer Regulamento sobre o Tratamento de Dados Pessoais no contexto do instrumento firmado entre o SESC Administração Regional no Estado da Bahia (SESC-BA) e a CONTRATADA/PARCEIRA.
- 1.3** O presente se aplica sempre que houver tratamento de dados pessoais realizados no âmbito do instrumento. Caso não haja tratamento, ficam prejudicadas estas disposições.

2 – COMPROMISSO

- 2.1** As partes aceitam e se comprometem a observar as seguintes regras para tratamento de dados pessoais:
- a)** **Papel como agente de tratamento.** O papel desempenhado pela CONTRATADA/PARCEIRA, como agente de tratamento de dados pessoais, será o de Operador, ou seja, o tratamento de dados que procederá estará restrito ao disposto no presente instrumento ou for solicitado formalmente e por escrito pelo SESC-BA, em nome desta última e sob sua responsabilidade.
- b)** A CONTRATADA/PARCEIRA fica impedida de decidir sobre o tratamento dos dados pessoais realizados, devendo consultar o SESC-BA sempre que houver omissão do instrumento ou dúvida superveniente. Caso o SESC-BA não se pronuncie por escrito, a CONTRATADA/PARCEIRA fica impedida de proceder o tratamento.

- c) Os dados pessoais recebidos pela CONTRATADA/PARCEIRA do SESC-BA ou de terceiros por ele contratados que forem desnecessários ao cumprimento do presente instrumento ficarão em posse da primeira para armazenamento, ficando impedida a CONTRATADA/PARCEIRA de tratar tais dados ou tratá-los com desvio da finalidade previamente estabelecida.
- d) Caso qualquer autoridade competente determine a anonimização parcial ou total dos dados pessoais compartilhados, tal procedimento será de responsabilidade do SESC-BA, que arcará com os custos e ditará os procedimentos técnicos a serem adotados para cumprimento da determinação.
- e) O SESC-BA se responsabilizará pelo tratamento de dados pessoais de todos os terceiros com quem a CONTRATADA/PARCEIRA seja obrigada a compartilhar os dados pessoais à sua ordem ou por força do presente instrumento, como por exemplo, mas sem limite, auditorias internas ou externas.
- f) As partes se comprometem a restringir o tratamento de dados pessoais ao estipulado no presente instrumento, seus aditivos ou em comunicações por escrito realizadas pela SESC-BA.
- g) **Bases legais de tratamento.** Para compartilhar dados pessoais com a CONTRATADA/PARCEIRA, no âmbito e para os fins do instrumento, ou para fazer com que terceiros o façam, o SESC-BA deve, primeiro, garantir que possui embasamento legal para promover este compartilhamento ou ordená-lo, nos termos e formatos previstos pela legislação aplicável.
- h) A responsabilidade pelo enquadramento do tratamento de dados pessoais nas hipóteses legais é do SESC-BA, bem como a responsabilidade pela legalidade do tratamento realizado no papel de Controlador, isentando-se a CONTRATADA/PARCEIRA de demandas judiciais e extrajudiciais neste sentido, nos termos descritos no instrumento. A responsabilidade da CONTRATADA/PARCEIRA ficará restrita às obrigações assumidas no presente instrumento ou àquelas estabelecidas pela LGPD aos operadores em geral.
- i) A responsabilidade descrita no item anterior abrange também o tratamento de dados pessoais de terceiros, em especial dos titulares vinculados juridicamente às pessoas jurídicas contratadas pelo SESC-BA.
- j) **Direitos dos titulares.** O SESC-BA é responsável por informar os titulares de dados sobre os seus direitos relacionados aos seus dados pessoais, e por respeitar esses direitos, incluindo os direitos de acesso, exclusão, limitação, portabilidade ou eliminação de dados, na forma prevista pela Lei.
- k) A CONTRATADA/PARCEIRA não deverá atender nenhuma instrução recebida diretamente do titular de dados, exceto nos casos em que autorizado pelo SESC-BA e/ou pela legislação aplicável. Caso a CONTRATADA/PARCEIRA receba qualquer solicitação direta do titular do dado, com relação aos dados controlados pelo SESC-BA, deverá comunicar tal fato ao SESC-BA.

- l) A CONTRATADA/PARCEIRA fornecerá cooperação e assistência razoáveis, conforme seja solicitado pelo SESC-BA, para que ela possa responder eventuais solicitações dos titulares de dados.
- m) **Extinção do instrumento.** No caso de extinção do instrumento, por qualquer motivo que esta se dê, a CONTRATADA/PARCEIRA devolverá ao SESC-BA todos os dados pessoais compartilhados por ela para cumprimento do instrumento, bem como suspenderá o acesso a quaisquer sistemas informatizados que contenha tais dados. Caso o SESC-BA não receba tais dados, a CONTRATADA/PARCEIRA deverá excluí-los definitivamente após 30 (trinta) dias do fim da vigência do instrumento.
- n) **Contratação de terceiros.** A CONTRATADA/PARCEIRA, para cumprir com o objeto deste instrumento, pode precisar utilizar serviços de terceiros, que serão considerados, conforme aplicável, suboperadores, ou operadores de dados, atuando em nome da CONTRATADA/PARCEIRA. Os serviços dos terceiros podem, por exemplo, ser serviços de armazenamento de dados pessoais, ou serviços de suporte técnico para softwares utilizados pela CONTRATADA/PARCEIRA para prestar os serviços. Os terceiros, aqui referidos, podem, inclusive, ter sede e filiais fora do Brasil. A CONTRATADA/PARCEIRA se obriga a firmar instrumentos com estes terceiros, e exigir deles garantias de cumprimento dos princípios legais aplicáveis ao tratamento do dado, que estes apenas atuem em conformidade com as instruções e Políticas da CONTRATADA/PARCEIRA, relativas a Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais, e que qualquer atividade de tratamento de dado por eles conduzida, ocorra apenas na medida do estritamente necessário para o cumprimento de suas obrigações contratuais.
- o) **Outras obrigações e declarações.** Sem prejuízo do até aqui exposto, durante e para o tratamento de dados pessoais, cada Parte se obriga a:
- a) estabelecer e cumprir Políticas de Privacidade e Segurança da Informação, que criem regras de boas práticas e de governança indicando condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, incluindo reclamações e petições de titulares, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.
 - b) Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
 - c) Comunicar, em prazo razoável, à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança de dados por si controlados e que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares;

- d) Atender os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas, conforme definido na legislação aplicável;
- e) Garantir que a atividade de tratamento por si realizada esteja devidamente enquadrada em uma das situações permitidas em lei;
- f) Não reter ou utilizar dados pessoais por um período superior ao necessário para cumprimento das finalidades legítimas para as quais o tratamento foi autorizado;
- g) Não vender, ceder a terceiros, ou de qualquer forma utilizar dados pessoais, sem autorização do titular, ou de forma contrária a lei;
- h) Facilitar e colaborar, na medida de suas responsabilidades, com o exercício dos direitos legais dos titulares, na forma que lhes é assegurado em lei;
- i) Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse;
- j) Sempre que solicitado pela autoridade competente realizar avaliações e relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, referente a suas operações de tratamento de dados, observados os segredos comercial e indústria. Os relatórios deverão conter, no mínimo, a descrição dos tipos de dados coletados, a metodologia utilizada para a coleta e para a garantia da segurança das informações e a análise do controlador com relação às medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco adotados;
- k) Restringir o acesso aos dados pessoais apenas àquelas pessoas que efetivamente tenham necessidade de acessá-los para o cumprimento da finalidade informada ao titular, e no limite necessário ao tratamento, garantindo, ainda que aqueles que, em seu nome, tenham, ou possam ter, acesso aos dados pessoais respeitem e mantenham a confidencialidade e a segurança de tais dados pessoais, bem como observem o disposto neste instrumento e na lei aplicável.
- l) Uma Parte se obriga a notificar à outra, em prazo razoável, caso identifique um Incidente de Segurança nas atividades de tratamento de dados pessoais por si realizada, no âmbito deste instrumento, e que possa acarretar risco ou dano relevante à Parte, ou aos titulares do dado (no que se refere aos dados pessoais por ela controlados ou tratados), e possa, na forma prevista na Lei, gerar impacto ou prejuízo para a outra Parte. A Parte notificante deverá apresentar, no menor prazo possível, detalhes do Incidente verificado, incluindo, conforme já possua tais dados, a descrição da natureza dos dados pessoais afetados; as informações sobre os titulares envolvidos; a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial; os riscos relacionados ao

incidente; os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo. As Partes deverão, neste caso, estabelecer, em conjunto e de boa-fé, qual delas será responsável por realizar as comunicações necessárias aos órgãos reguladores e aos titulares, quando necessário, e nos termos da legislação aplicável, bem como sobre as medidas necessárias a serem adotadas para remediar as causas do Incidente de Segurança, buscando evitar o dano ou causar o menor dano possível, além de preservar e proteger a segurança dos dados e do tratamento.

- m)** Cada Parte reconhece que, resguardadas as hipóteses legais de isenção de responsabilidade (em especial, no que se refere a atividades de tratamento realizadas pelo Operador), será integral e exclusivamente responsável, perante à outra Parte, os titulares dos Dados Pessoais, os entes regulatórios e fiscalizadores aplicáveis (em especial, mas sem se limitar, a autoridade nacional) e/ou quaisquer terceiros interessados, pelas atividades de tratamento de dados por si realizadas (inclusive por seus funcionários, subcontratados, representantes, prepostos e ou colaboradores que estejam agindo em seu nome) no âmbito deste instrumento.
- n)** Caso uma Parte seja questionada (administrativa ou judicialmente) sobre a legalidade e legitimidade de qualquer atividade de tratamento de dados pessoais realizada sob a responsabilidade da outra Parte, caberá a esta última, após ter sido notificada pela Parte demandada, (a) identificar-se como exclusivamente responsável pela atividade de tratamento questionada; (b) tomar toda e qualquer medida ao seu alcance para excluir a Parte Inocente da demanda/questionamento.
- o)** Caso não seja possível a exclusão da Parte Inocente, a Parte responsável garantirá à Parte Inocente apoio e informações razoáveis para que esta possa conduzir sua reposta e defesa na demanda, enquanto for parte, e enquanto esta estiver em andamento, para resguardar seus interesses.
- p)** A participação de uma Parte no processo/procedimento tratado na cláusula anterior, em nada alterará a responsabilidade exclusiva da Parte que, efetivamente, era responsável pela atividade de tratamento de dados questionada, sendo esta última, mesmo em caso de condenação da Parte Inocente, exclusivamente responsável por arcar com quaisquer perdas, penalidades, decisões, custos, multas, e indenizar e reparar, quando necessário, e na forma prevista em lei, todos os danos (sejam eles patrimonial, moral, individual ou coletivo), perdas, restrições, consequências e prejuízos por si causados, tenham sido eles sofridos (i) pela Parte que não realizou o tratamento de dados questionado, seus respectivos diretores, administradores, funcionários, contratados, representantes e agentes de qualquer natureza, (ii) pelo titular do dado ou (iii) quaisquer terceiros.
- q)** As Partes deverão eliminar de seus sistemas e servidores os dados pessoais tratados em decorrência do presente instrumento, (i) após a verificação de

que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada; (ii) ao término do período de tratamento; (iii) nos demais casos previstos em lei; somente sendo autorizada a conservação para os fins previstos na lei aplicável.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.1 As partes declaram que, no caso de omissão no presente instrumento quanto ao tratamento de dados pessoais, as partes deverão consultar-se mutuamente e, subsistindo real dúvida, aplicar a Lei 13.709/2018.